

Pessoa, Keyserling, Castro Osório: Notas sobre a identidade nacional em torno de *Descobrimento* (1931-1932)

[Pessoa, Keyserling, Castro Osório:
Notes on national identity with regard to *Descobrimento* (1931-1932)]

Rui Sousa*

Palavras-chave

Keyserling, Identidade nacional, Fernando Pessoa, *Descobrimento*, Europa.

Resumo

O “Conde de Keyserling” viajou pela Europa, América do Sul, Ásia e Estados Unidos, desenvolvendo um método de interpretação da identidade profunda de cada nação a partir do contacto com a sua paisagem e o seu povo. Em 1930, Keyserling passou por Portugal para dar um conjunto de conferências sobre os rumos da cultura moderna e a necessidade de um desenvolvimento das nações europeias adequado a uma nova era da civilização. No ano seguinte, na revista *Descobrimento*, foi publicado o capítulo “Portugal”, incluído numa reedição do livro de Keyserling sobre diversos países europeus. Quer as conferências, quer o artigo, espoletaram reacções relevantes de filósofos e escritores portugueses, inserindo as propostas do alemão no âmbito de uma discussão densa a respeito da identidade portuguesa e da sua pertença ou não ao panorama futuro da Europa. Apresentam-se neste texto os elementos fundamentais do diálogo entre Keyserling, Pessoa e Castro Osório, no quadro de uma abordagem às reflexões sobre a nacionalidade patentes na obra pessoana.

Keywords

Keyserling, National identity, Fernando Pessoa, *Descobrimento*, Europe.

Abstract

The “Count of Keyersling” traveled throughout Europe, South America, Asia and the United States, developing a method of interpreting the profound identity of each nation from the contact with its landscape and its people. In 1930, Keyserling visited Portugal to give a series of lectures on the direction of modern culture and the need for the development of European nations in a new era of civilization. The following year, in the journal *Descobrimento*, the chapter “Portugal” was published, included in a reprint of Keyserling’s book on various European countries. Both the conferences and the article triggered relevant reactions from Portuguese philosophers and writers, placing the German’s proposals within the scope of a dense discussion on Portuguese identity and its belonging or not to Europe’s future panorama. This text presents the fundamental elements of the dialogue between Keyserling, Pessoa and Castro Osório, as part of an approach to the reflections on nationality evident in Pessoa’s work.

* Universidade de Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL).

Nascido em 1880 na localidade de Könno Manor (actual Estónia), então parte do Império Russo, o alemão Hermann Alexander Graf Keyserling era na década de 30, aquando da sua passagem breve, mas polémica por Portugal, um nome relevante da cultura europeia, com ampla repercussão internacional. De facto, as suas célebres viagens de contacto espiritual com outras paisagens conduziram-no a alcançar um estatuto de verdadeira celebridade, suficientemente desejado pelos poderes políticos e as elites culturais para que fosse convidado a visitar países esquecidos no seu périplo, como ocorreu com Portugal. A essa aura também se devia o peso da sua família, com tradições aristocráticas, que lhe permitiram ser conhecido como “Conde de Keyserling”.¹

A personalidade de Keyserling e a sua obra ensaística exprimem uma singular conjugação entre dois aspectos constantes em todo o seu percurso, o apreço por viagens persistentes e a curiosidade por diversas áreas do saber, convertidas numa verdadeira orientação interdisciplinar em que sobressaem os seus interesses precoces pelas ciências naturais e pela filosofia, nomeadamente em torno da geologia, e de uma concepção vitalista dos problemas metafísicos, na esteira de Kant e de Bergson, que, contudo, se conjugará com o estudo da história profunda da espiritualidade própria das diversas nações e dos seus reflexos na cultura.

Numa conferência de 1911, integrada numa série em que participaram também Émile Boutroux, Émile Durkheim e Paul Langevin, Keyserling exprimiu claramente a necessidade de superação de um momento confuso da reflexão filosófica, incapaz de estabelecer distinções entre âmbitos de experiência e de realidade diversos, propondo os seguintes princípios determinantes de uma compreensão da Vida como fundamento:

La détermination que nous venons de faire est d'une importance difficile à exagérer : car, grâce à elle, tout le problème métaphysique prend un nouvel aspect, il apparaît bien plus facile à saisir que dans toutes ses incarnations précédentes. En effet : si la Vie, en tant que Vie, fait l'objet seul et unique de la métaphysique, il en résulte nécessairement que la philosophie de l'Organisé, telle que Driesch la pratique, la mystique selon Eckhart ou les Hindous et la philosophie de l'Esprit d'un Hegel portent tous sur le même objet, ont la même signification; il en résulte encore que les vérités métaphysiques doivent être susceptibles d'une formulation objective; il s'ensuivrait, enfin, que les différences fondamentales, admises jusqu'ici entre les différentes manifestations de la vie, ne sauraient exister effectivement.

(KEYSERLING, 1911: 476)

¹ Este trabalho é ainda em parte um resultado de uma investigação levada a cabo em Santo Tirso, dada a conhecer em dois números da revista *Pessoa Plural* (15 e 16). Com a sempre dedicada e atenta colaboração de José António Miranda, e graças ao acolhimento da família, acedemos à espantosa colecção já apresentada com a devida extensão. Os exemplares da *Descobrimto*, em posse da família (excepto o número 4, de que não encontramos vestígios, encontrando-se no seu lugar um exemplar repetido do número 3), foram o suporte para a elaboração deste texto.

Na sequência da Revolução Russa, que teve consequências familiares relevantes, retirando-lhe as suas propriedades na Livonia, Keyserling instalou-se em Darmstadt, cidade na qual fundou a *Gesellschaft für Freie Philosophie* (Escola de Sabedoria ou Sociedade de Filosofia Livre), em 1919. Essa escola é o exemplo acabado dessa sua personalidade ecuménica e da sua ambição de produzir um panorama da paisagem europeia em termos de filosofia espiritual, baseando-se supostamente nas apreensões extraídas das suas viagens. Acolhendo algumas das mais singulares personalidades do pensamento europeu da época, que participaram em palestras e publicaram num anuário revelador do sucesso dos trabalhos, a Escola da Sabedoria contou com a presença de Thomas Mann, Max Scheler, Carl G. Jung, Ernst Troeltsch e Rabindranath Tagore, entre muitos outros.

Em sintonia com algumas correntes do seu tempo, Keyserling considerava que a Humanidade se encontrava num complexo movimento de transição, de passagem de sucessivas épocas de submissão aos dogmas da religião e da ciência a um novo quadro no qual deveria ser a espiritualidade a conduzir as nações a um novo apogeu colectivo no continente europeu, cruzando de forma muito peculiar as tradições espirituais de cada nação, e o ascendente que conferia à Alemanha, com a diversidade de culturas com que contactou e com um ideal de sabedoria de sabor oriental. É esse o ponto de vista expresso no seu *Diário de viagem de um Filósofo*, publicado em 1919, e resultante de um prolongado périplo pela Ásia, os Estados Unidos da América e vários países da América do Sul, desde 1911. Na nota biográfica que acompanha a tradução da obra para inglês, datada de 1925, podem ler-se outros elementos da etapa entre 1903 e 1911 que terão ajudado também a formar a sua perspectiva. É nessa etapa que Keyserling visita Londres e Paris, dedicando-se a uma densa actividade de leitura e estudo, conjugada com algumas incursões jornalísticas. Keyserling torna-se um grande admirador de Flaubert, ao mesmo tempo que estabelece contactos decisivos: “Here he spent a good deal of his time in the capacity of farmer looking after his estates, but he devoted much time to correspondence with Bergson, Simmel, Walther Rathenau, Max and Alfred Weber, Boutroux, F. C. S. Schiller, Bertrand Russell, Lord Haldane, Arthur Balfour, and Benedetto Croce” (KEYSERLING, 1925: 6).

Antes de ter estado em Portugal, Keyserling contactou também de perto com a complexa realidade cultural sul-americana, tendo mantido uma relação próxima com Victória Ocampo, que conheceu em Paris e que promoveu a sua passagem pela Argentina e, conquistando reconhecimento apreciável na sociedade brasileira da época modernista, durante uma estadia no Brasil que marcaria a sua perspectiva sobre a identidade portuguesa. Quer a relação controversa com Ocampo, quer esse momento de grande confluência com alguns intelectuais sul-americanos, seriam fixados na polémica obra de ensaio memorialístico e filosófico *Meditações Sul-Americanas* (1932). Deve notar-se que, à semelhança do que ocorreu pouco antes com Portugal, como salientarei adiante, o percurso do Conde nestes anos parece evoluir

entre a atracção que desperta em alguns nomes relevantes de países que não conheceu pessoalmente e que parecem querer constar de roteiro amplo e normalmente equacionado em livros influentes e a pouca simpatia suscitada pelo que efectivamente escreve a respeito desses países. A convicção de que lhe bastava confrontar-se com alguns representantes de cada país e com a respectiva paisagem física e espiritual, apreendida no estudo apurado dos costumes de cada povo, para os conhecer como poucos e poder resumir-lhes o perfil em capítulos por vezes polémicos dadas as conclusões nem sempre abonatórias, é a imagem de marca de uma atitude que fez escola, embora efémera.

Num artigo publicado a 1 de Maio de 1930, já depois do ciclo de palestras de Keyserling em Lisboa, Brito Camacho dá conta do impacto de uma verdadeira mitologia de homem viajado construída pela opinião pública portuguesa antes e depois da passagem do alemão por terras portuguesas: “E narravam-se, com abundância de detalhes, as suas viagens por Séca e Méca, discursando aqui, discursando além, da Ásia saltando para a América do Norte, do mundo novo regressando ao velho mundo com escala pela Argentina e Brasil. Não há como as viagens para cercarem um nome de curiosidade e prestígio” (CAMACHO, 1930: 10). Em alguns casos, como na passagem por Espanha, no final da década de 20, Keyserling passa de facto algum tempo no país e em contacto próximo com alguns nomes de peso capazes de lhe dar alguma noção da singularidade espanhola, como José Ortega y Gasset, Eugenio d’Ors, Antonio Machado, Ernesto Giménez Caballero, Rafael Alberti, Ramiro Ledesma Ramos, Ramón Menéndez Pidal e outros. Em Portugal, contudo, a estadia foi breve e não teve a mesma profundidade intelectual, algo que agravou a reacção aos aspectos expostos por Keyserling num texto que deveria ter colmatado a inexistência de Portugal na primeira edição de volume dedicado a várias nações europeias que fora traduzido em espanhol em 1929 com um título programático e expressivo, *Europa. Análisis espectral de un continente*.

Keyserling era já relativamente conhecido pela elite intelectual portuguesa. Conhecem-se menções à sua obra Keyserling antes da sua chegada a Portugal em publicações nas quais Fernando Pessoa participou, casos de *A Águia* e de *Presença*. Parece-me evidente que Pessoa já teria conhecimento das perspectivas de Keyserling e da sua obra, tendo em conta, por exemplo, que desde a década de 20 circulavam em Portugal traduções francesas e espanholas dos seus livros, de que se conservam exemplos na Biblioteca Nacional de Portugal. *A Seara Nova* também publicou excertos do livro *Le Monde qui nait*, de Keyserling (1920) casos de “Filosofia e Senso” (n.º 124, 12 de Julho de 1928, p. 77; cf. Fig. 13, no fim) e de “Educadores de ontem e de hoje” (n.º 171, 25 de Julho de 1929, p. 46). É também um dos jornais que antecipa a chegada do conde a Portugal, com a tradução de um dos capítulos de *Diário de viagem de um filósofo*, anotada por S.C. (n.º 204, 13 de Março de 1930, pp. 182-184).

Em 1928, no número duplo que inaugura a 4ª série de *A Águia*, J. M. (o filósofo José Marinho, provavelmente) publicava uma recensão da revista argentina *Nosotros*

(1926-1927), assinalando relativamente a alguns dos que nela “vemos o estado da cultura filosófica argentina em relação à filosofia contemporânea da Europa (Bergson, Meyerson, Max Scheler, Keyserling, etc.)” (J.M., 1928: 54-55), descrição que dá uma ideia da dimensão que era reconhecida ao alemão na época. No número 25 de *presença*, publicado cerca de dois meses antes de Keyserling dar as suas conferências, João Gaspar Simões recorre a perspectivas suas para escrever sobre João de Deus, homenageado nesse número:

João de Deus continua chorando sôbre a desolação de ser incompleto. Ora o Narciso nunca sente a vertigem da sua imperfeição. O narcisismo começa, mesmo, na incapacidade humana de amar e de criar. Narciso é o que se julga completo, o que apenas a sua perfeição deseja e ama, e eu creio, com Keyserling, não ser possível criar uma consciência mais ou menos profunda das nossas insuficiências.

(SIMÕES, 1930: 6)

Convidado pela Junta de Educação Nacional a visitar Portugal, depois de ter confessado a Alberto de Oliveira, embaixador português em Roma, o desejo de conhecer o país que estivera na génese do que vira em terras brasileiras, Keyserling chegou a Lisboa no dia 15 de Abril de 1930, sendo a sua chegada acompanhada por uma imprensa que se dedicara a expor aos portugueses o relevo de um tal contacto de dimensão europeia. Keyserling deslocou-se a Portugal para proferir um ciclo de conferências reveladoras do tipo de investigação a que dedicou a sua vida intelectual, três delas em Lisboa (16, 21 e 22 de Abril) e outra no Porto, à qual assistiram alguns elementos da Renascença Portuguesa (Figs. 1 e 2). Depois da apreciável recepção aquando da sua chegada, com uma intervenção enquadradora de Joaquim de Carvalho na Academia das Ciências de Lisboa, a primeira conferência dava o mote, atendendo ao seu tema programático, “A Alma de uma Nação”.



A chegada
Na estação de S. Bento, poucos minutos antes de chegar o rápido de Lisboa, juntaram-se diferentes pessoas em destaque no meio intelectual do Porto. Entre outros, os srns. dr. Sousa Pinto, reitor da Universidade do Porto; dr. Mendes Correia e dr. Hernani Monteiro, que representavam a delegação portuguesa da Junta de Educação Nacional; dr. Araújo de Lacerda, pela Faculdade de Letras; W. H. Stüve, consul da Alemanha no Porto; Francisco de Vasconcelos, Ernst Osswald, pela Associação Alemã, e o nosso colega Meraís Palmeiro, representando O Comércio do Porto e o seu director, em nome do quem apresentou cumprimentos ao sr. conde de Keyserling.

Figs. 1 e 2. Keyserling na sua passagem pelo Porto, *Comércio do Porto*, 20 de Abril de 1930.

Começamos por referir alguns dos aspectos mais salientados na abordagem a Keyserling por parte dos intelectuais portugueses que o deram a conhecer ao público português ou que com ele contactaram nessa estadia intensa e à qual não podiam faltar as célebres palestras que já tinham adquirido grande repercussão um pouco por todo o mundo. É um momento de grande relevo também para o contexto português, acompanhando os anos situados entre o golpe militar de 1926 e o desenvolvimento dos pressupostos em que assentou a visão da História promovida pelo Estado Novo e a respectiva projecção na cultura e na identidade portuguesas.

Cristina Pacheco resume esse momento de transição lendo a presença do Conde em Portugal como um duplo projecto, o de trazer ao contexto português algumas concepções caras ao ambiente civilizacional europeu e o de divulgar a imagem do país no exterior (PACHECO, 1998: 67), dado que Keyserling escrevera sempre sobre os locais visitados. A passagem do alemão por Portugal, a relação ambígua de alguns intelectuais portugueses com o seu pensamento, o espaço de divulgação amplo que lhe é dado nas páginas da revista *Descobrimento* e a polémica resultante da publicação do capítulo que escreve sobre Portugal devem portanto, em parte, ser lidos num momento europeu complexo e de grandes transformações e realinhamentos, coincidindo em Portugal com uma discussão sobre os rumos a dar à identidade colectiva e o perfil de nacionalismo a adoptar para o efeito.

A sintonia entre os interesses de Keyserling e os propósitos de Alberto de Oliveira e de Agostinho de Campos, diplomata de Portugal em Roma e presidente da Junta de Educação Nacional, respectivamente, parece ser sugerida pelo facto de o primeiro se ter convidado para visitar o país enquanto Oliveira propôs os temas das conferências solicitadas, a decorrer em Lisboa, Coimbra e Porto: “O convite é-lhe então dirigido pelo seu presidente, Agostinho de Campos, que, em nome da Junta, lhe envia, a 11 de Março de 1930, um telegrama redigido em francês e cujo conteúdo passo a traduzir: ‘pedimos-lhe que faça em Lisboa, Coimbra e Porto quatro conferências em francês sobre os temas seguintes: A Alma duma Nação, O Problema do Séc. XX, A Era Nova em Formação e As duas Américas’”. Para que o Conde conseguisse corresponder a uma visão da identidade nacional de acordo com um determinado modelo, Campos envia-lhe duas obras: *Portuguese Literature*, de Aubrey Bell, e *A Iberian Civilization*, de Oliveira Martins (cf. GAHINGS, 2003: 27).

A convicção, patente nos mais diversos quadrantes da época, de que se estava em vias de proceder à constituição de um novo paradigma de ser humano encontra-se expressa por Joaquim de Carvalho no texto dedicado ao “Conde Hermano Keyserling”, que associa o alemão a um novo estilo de pensamento. O grande problema contemporâneo das relações entre o indivíduo e a comunidade encontra-se brilhantemente expresso por Carvalho:

O alvorecer da filosofia, ou da metafísica, porque os termos são sinónimos, é contemporâneo da fractura que no espírito do homem, de qualquer homem, se estabelece entre as representações colectivas ou generalizadas e o pensar autónomo. Uma filosofia é sempre uma réplica às interrogações das coisas e da vida – a insatisfação do mundo concebido ou dos valores aceites, e o estabelecimento de uma nova visão do Mundo ou uma nova tábua de fins.

(CARVALHO, 1978: 356)

Ora, Keyserling e a sua proposta de intervenção filosófica corresponde, de acordo com o reputado filósofo de Coimbra, a um exemplo perfeito dessa atitude de quem se demarca para com aqueles a quem procura chegar:

Eis-nos, assim, no átrio do grande problema do nosso tempo, que em vosso juízo acentua a viragem mais decisiva que na história humana se verifica, de há dois mil anos até hoje: dar um novo sentido à vida. Novo sentido, e esta expressão desde logo nos adverte que a vida espiritual não é reversível, o que tanto monta dizer que o rejuvenescimento se não produz sob a forma de retorno, mas pelo advento de uma nova orientação que compreenda e domine os contrastes e antagonismos existentes, numa palavra, pelo advento de uma nova orientação, pelo conhecimento criador, como vós dizeis, que impregne de sentido o fluir da exterioridade. A renovação, portanto, só se verifica no plano espiritual, conquistando-se por vias espirituais, e pelo esforço permanente de cada um, porque o espírito é essencialmente tensão.

(CARVALHO, 1978: 358)

Esta síntese de grande qualidade, sintetizando os propósitos declarados da Escola da Sabedoria proposta por Keyserling, transcende a mera remissão para o pensamento do convidado, podendo designar em grande medida processos e conflitos presentes na cultura europeia da época. Não é nada estranha a Fernando Pessoa, por exemplo, essa noção de que urgia uma renovação cultural baseada essencialmente em conquistas de natureza espiritual e sobretudo na capacidade de intervenção individual, de acordo com uma afirmação de cada um que é em grande medida de natureza agónica, fruto desse elemento tensional. Em Keyserling, Joaquim de Carvalho encontra elementos para o elogio de uma corrente marginal aos valores dominantes, assentes no exclusivo predomínio do progresso técnico, que urgia relegar em nome da valorização da capacidade de o olhar do indivíduo transfigurar o exterior, vendo-o de formas renovadas e posicionando-se criticamente face ao exterior:

Não é, porém, para assistir ao grande espectáculo da execução da mentalidade racionalista que vós nos quereis guiar: é para a despedida do tipo intelectual século XIX, e para o reinado do homem novo: o homem ecuménico.

Ultimo no tempo, não por gestação evolutiva, como é óbvio, ele compreenderá e situará na altitude que lhe convém todas as experiências e formas do passado, e, em vez de colocar o acento só sobre o ser, como o oriental, a quem falece a consciência do tempo para sobejar a da profundidade, ou só sobre o devir e o inteligível, como o ocidental, conjugá-los-á numa harmonia profunda, como notas da mesma melodia.

(CARVALHO, 1978: 361)

A conquista de um homem novo, projectada na época em diversas direcções, é, para Joaquim de Carvalho, um núcleo fundamental do ponto de vista de Keyserling, assente numa noção polémica de como o indivíduo criador se superioriza aos grandes sistemas e, desse modo, deixa de reconhecer valor disciplinar a coisas como a filosofia, a religião ou a política. É uma perspectiva muito pertinente, que dá conta de uma certa emergência do pensamento complexo e da sua ruptura face aos saberes estanques e com fronteiras determinadas, a que Fernando Pessoa não foi estranho.

Joaquim de Carvalho é também, nesta prelecção, o primeiro a chamar a atenção para a importância de Keyserling ter bem presente a enorme exigência de adequar os seus métodos a uma nação com as especificidades de Portugal, pioneira num certo ideal de contaminação cultural:

Vindes pela primeira vez a Portugal, e sinceramente, vos saúdo: Quero crer que o perfil espiritual do nosso ser vos incitará à análise espectral que vós praticais. Se assim for, e qualquer que seja o vosso juízo, eu permito-me dizer-vos, sem sombra de impertinência, que nem vós nem eu toleraríamos, que acabais de tomar contacto com um povo cujo sentido do universal informa a sua longa e tenaz e imperitura vontade de viver. Sem vaidade vo-lo digo, e para a não ter basta pensar que, se fomos os primeiros a ocidentalizar o Oriente, fomos também os primeiros a compreendê-lo sem perdermos a nossa essência.

(CARVALHO, 1978: 361)

Problema com grande tradição no que concerne à narrativa imaginária dos portugueses a respeito do seu próprio passado e da singularidade com que viveu o encontro aberto com o Outro, este aspecto sublinhado por Carvalho parece querer de algum modo conduzir o olhar reflexivo de Keyserling, algo que só ajuda a reforçar todos os debates resultantes do que efectivamente escreveria, denunciando alguns desses excessos da hagiografia nacional.

Na primeira conferência, em Lisboa, Keyserling não foi muito além de algumas considerações sobre alguns tópicos previsíveis, salientando o grande contributo português para o panorama cultural europeu estruturante da sua visão global – a expansão dos séculos XVI e XVII – e vendo nos sucessos dos grandes navegadores uma variante do grande impulso que também orientava a sua busca: um empreendimento de ordem material motivado, também, por um desejo de desenvolvimento espiritual e de expansão das vias de conhecimento. Deve ainda salientar-se que, nessa conferência, Keyserling se valeu do que já apreendera nas suas deambulações sul-americanas para estabelecer um paralelo entre diferentes etapas no desenvolvimento de uma nação – um caso como o da Grécia antiga e a sua versão contemporânea – e diferentes experiências de uma determinada fonte originária, como ocorre entre os povos ibéricos e as suas continuidades parciais, ambientadas na América do Sul.

Seguindo os resumos oferecidos pelas duas grandes sínteses do conteúdo das conferências, oferecidas por Pedro Teixeira da Mota (1988) e por Ute Gahings e Américo Monteiro (2003), as duas conferências subsequentes em Lisboa dedicaram-se à apresentação do que seria a emergência de uma nova era destinada a dar contornos diversos ao percurso cultural da Europa, cabendo às várias nações dimensionarem-se de acordo com esse novo panorama. Se atentarmos aos factos vividos poucos anos depois destas afirmações, e se as situarmos no quadro do desenvolvimento e ocaso das grandes narrativas, o Conde não andava muito longe da verdade ao condenar os excessos do Homem exclusivamente abstracto da era da técnica, herdado do século XVIII, ou ao considerar que as grandes tradições religiosas, como o cristianismo, ou os grandes valores herdados da Revolução Francesa, desde logo a atmosfera propícia à democracia, estavam condenados a desaparecer.

É uma linha de leitura que está de algum modo próxima de algumas leituras da evolução política propostas por Fernando Pessoa, sobretudo nos escritos em prosa atribuídos a Ricardo Reis e a António Mora ou em muitos dos argumentos utilizados para afirmar as suas concepções de homem superior e o seu singular modelo de liberalismo.

De algum modo, Keyserling é mais uma peça expressiva de algumas tonalidades assumidas pelo cosmopolitismo da época, ao ponto de também ter defendido o fim dos nacionalismos, algo que está em parte também reflectido no Quinto Império pessoano, embora nesse caso sob a forma da extensão global de um património nacional capaz de absorver e confundir-se com todos os outros paradigmas e não de acordo o universalismo de um homem ecuménico mas exclusivamente de matriz europeia por contraposição aos grandes poderes da era da técnica que eram representados pelo americanismo e pelo bolchevismo. No essencial, os dois pensadores diferem apenas no lugar atribuído a Portugal no quadro de um reposicionamento que confere uma tonalidade geopolítica ao domínio do espírito.

Pessoa, como de resto os responsáveis pela revista que traduziu e publicou Keyserling em Portugal, *Descobrimento*, defendem uma certa ambiguidade na relação entre Portugal e a Europa, procurando mostrar que a cultura portuguesa é bem mais ampla do que essa mera circunscrição continental, devendo valorizar-se, por exemplo, o vasto campo de expansão da língua portuguesa, sobretudo no Brasil. O alemão, casado com uma descendente de Bismarck, assume por completo a valorização das grandes nações europeias, diluindo os conteúdos próprios dos portugueses numa dependência relativamente a um comum destino europeu.

Apesar disso, os dois pontos de vista, como Pessoa deixa claro em alguns dos seus derradeiros escritos, desconfiam dos grandes gregarismos ideológicos, sejam eles o representado pelo capitalismo norte-americano ou pelo comunismo russo, a que Keyserling junta o islamismo, ao qual Pessoa dá uma atenção algo distinta, relacionando-o com a tradição cultural greco-latina e com o passado árabe da Ibéria.

Seja qual for o núcleo norteador dos seus ideais, está em discussão sobretudo uma consciência bastante precoce dos problemas resultantes da crescente cegueira de um modelo de materialismo contrário a uma cultura de base filosófica e literária e a consequente afirmação da necessidade de uma nova era do espírito, capaz de se impor globalmente como espelho de uma Nova Era. No dia 22, na Sociedade de Geografia, Keyserling consolidou a sua visão resumindo essas propostas como “Le Problème du XX^e siècle”.

Antes das controvérsias suscitadas pelo texto publicado no ano seguinte, as próprias conferências de Keyserling foram alvo de comentários críticos. A 24 de Abril, Macedo Mendes comentava no *ABC* a desconfiança com que parte da sociedade portuguesa recebera as considerações iconoclastas do Conde, dando como um dos alvos fundamentais desses ataques o facto de Keyserling ter recusado dar qualquer proeminência ao Cristianismo. O ponto de vista do filósofo alemão é vituperado por alguns excessos liberais e anticlericais, numa associação já com vasta tradição entre as esferas do comportamento e do livre-pensamento e entre um certo elitismo e algumas liberdades filosóficas, sobretudo em assuntos religiosos, a que Macedo Mendes confere a devida síntese:

Enfim, o conde de Keyserling é um pensador e, portanto, um ser que irrita, assusta ou desagrada a muitos dos que o entendem ou julgam entendê-lo. [...] – Todo o pensamento é imoral. A sua vera essência é destruição. [...] Não há nada que possa resistir à verruma do pensamento.

E, além disto, já está dito e redito que a pensar morreu um burro. De modo que o melhor, o mais higiénico, é a gente não pensar em nada e rir-se muito. Foi o que fizeram os nossos pândegos, grandes sábios que a sabem toda.

(*apud* GAHINGS, 2003: 78)

Na já referida crónica publicada na *Ilustração* de 1 de Maio de 1930, Brito Camacho apresentou a passagem do alemão por Portugal, num tom bastante irónico, salientando, quer algum provincianismo da atracção do público português pelo contacto com um pensador com fama internacional, quer a excêntrica perspectiva de Keyserling, difícil de catalogar adequadamente:

Por tudo quanto fica exposto, e ainda porque se fizera ao sr. conde a reputação dum grande orador, profundo e imaginoso, tão grande que na *Ágora* ficaria a par de Demosthenes, e no *Forum* excederia Cícero, por todos estes motivos havia um grande desejo, que era ansiedade, de o ver e de o ouvir, para mais sabendo-se que falaria, não em alemão ou russo, mas em francês, que é uma língua tão cultivada em Portugal, que muita gente lê o Dekobra sem tirar significados, e não é capaz de ler o Herculano sem o socorro de Cândido de Figueiredo. [...] Como filósofo, como sábio, como pensador, o sr. conde não tem ascendência; o mundo das ideias e dos sentimentos, o Universo moral era a desordem, era a confusão antes de luzir o seu génio criador.

(CAMACHO, 1930: 10)

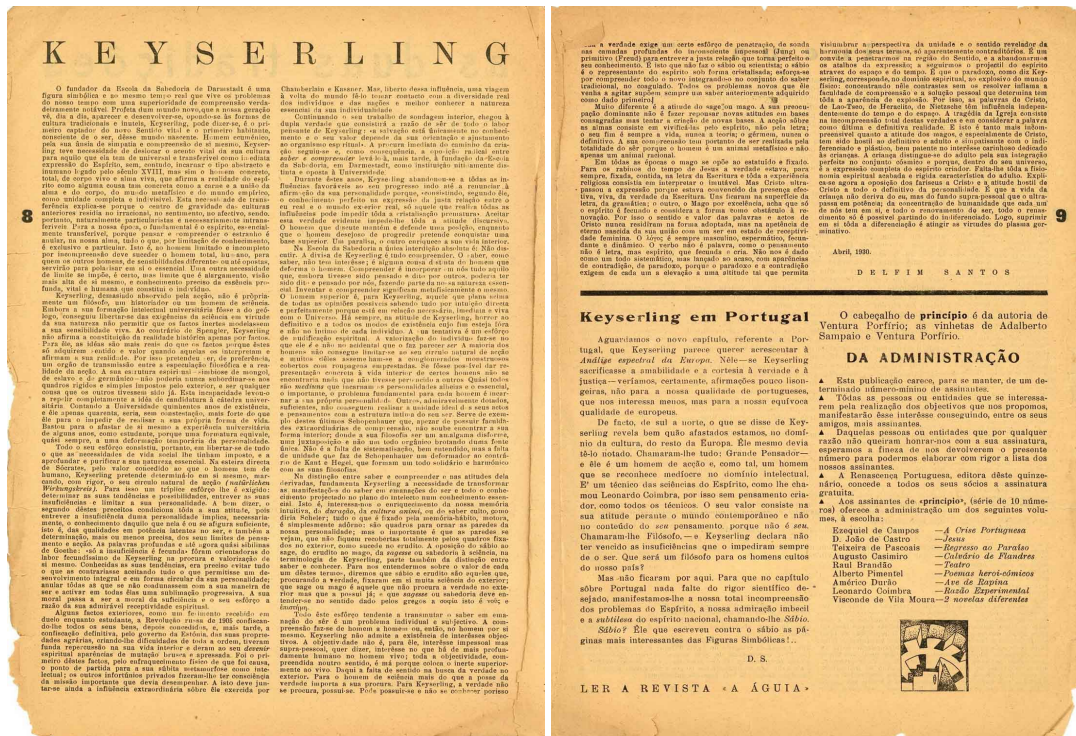


Fig. 3 e 4. Delfim Santos. "Keyserling". Princípio: publicação de cultura e política, n.º 1, 15 Maio de 1930, pp. 8-9.

Das duas semanas depois, no primeiro número de *Princípio*, Delfim Santos optava por ver no alemão uma "figura simbólica e ao mesmo tempo real", capaz de expor com raridade os problemas de um novo momento da história do pensamento: "Profeta dum mundo novo que a nossa geração vê, dia a dia, aparecer e desenvolver-se, opondo-se às formas de cultura tradicionais e inúteis, Keyserling, pode dizer-se, é o primeiro captador do novo sentido vital e o primeiro habitante, consciente de o ser, desse mundo nascente". É notável que Santos apresente o Conde como um representante de uma querela bastante vigorosa na época, a que contrapunha a tradição a um novo tempo ainda por compreender completamente, na linha de algumas passagens de Fernando Pessoa sobre a emergência histórica da sua geração. Também merecia nota o facto de nesta crónica essa novidade ser dada através da valorização do princípio ecuménico que estava, também, na ordem do dia, motivando várias interpretações de um aspecto estrutural das propostas de Pessoa acerca do Quinto Império e do Paganismo Superior, entre outras variantes:

[...] Keyserling teve necessidade de deslocar o acento vital da sua cultura para aquilo que ela tem de universal e transferível como imediata expressão do Espírito, sem, contudo, encarnar o tipo abstracto e inumano legado pelo século XVIII, mas sim o homem concreto, total, de corpo vivo e alma viva, que afirma a realidade do espírito como alguma coisa tão concreta como a carne e a união da alma e do corpo, do mundo metafísico e do mundo empírico, como unidade completa e indivisível.

(SANTOS, 1930: 8)

Bastante elogiosas para Portugal, dado que o alemão até considerou sentir-se um pouco português por aproximação entre o seu temperamento e o dos portugueses, as declarações de Keyserling foram recebidas de acordo com dois grandes pilares: por um lado, a controvérsia e excentricidade algo heterodoxa das suas opiniões, a cujos excessos se deveria boa parte da curiosidade do público; por outro lado, os contributos de um espírito filosoficamente superior para um novo despontar da cultura europeia e universal. É importante ter em conta, por exemplo, que em 1929, no *Manifesto Antropófago*, Oswald de Andrade designou Keyserling como um dos nomes fundamentais do percurso moderno que redundou na sua proposta, apontando precisamente para o aspecto de pensador de um novo tipo humano adequado à era da técnica: “Filiação. O contato com o Brasil Caraíba. *Où Villegaignon print terre*. Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista, à Revolução Surrealista e ao bárbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos” (ANDRADE, 1990: 48).²

Fernando Pessoa inscreve o seu esboço de resposta ao Conde de Keyserling precisamente nesta equação da identidade portuguesa e de como essa tem ou poderá ter interacções com o futuro do continente europeu. Num documento datado de 20 de Abril de 1930, na sequência imediata de uma das conferências do alemão, à qual Pessoa terá assistido, percebe-se o intuito de fazer dele um interlocutor da sua interpretação global da nacionalidade portuguesa. Parecendo antecipar o que Keyserling efectivamente pensaria de Portugal, e da sua minoridade relativa nos contextos ibérico e europeu, Pessoa responde como se conhecesse as interpretações publicadas na *Descobrimto* um ano depois. Nas conferências, não parecem ter sido muito evidentes as reservas de Keyserling quanto ao valor concreto da nacionalidade individual de Portugal, muito menos quanto à necessidade de os portugueses engrandecerem o seu passado e o situarem no âmbito de um genuíno contributo futuro ao dinamismo das nações.

No entanto, é precisamente a partir desse aparente paradoxo que Pessoa produz a sua reflexão, assinalando uma lacuna intransponível por parte do Conde: na melhor das hipóteses, este não apreendera o essencial da natureza profunda do homem português, ficando-se por uma visão de superfície, que, se fosse tudo o que poderia ser dito acerca de Portugal, não andaria muito longe dos aspectos relatados no capítulo polémico publicado em 1931, que referirei em seguida. Os contributos pessoanos para a análise do provincianismo português, mais ou menos da mesma época, analisam os malefícios de uma certa experiência da relação com a cultura e

² No prefácio ao volume das obras completas de Oswald de Andrade nas quais se reúnem os textos da utopia antropofágica, essa associação é mencionada: “E é ainda nos limites de seu espaço regional que o homem antropofágico se converte no bárbaro tecnizado de Keyserling, ávido de progresso, assimilado a técnica e utilizando-se da máquina para acelerar a sua libertação moral e política (cf. NUNES, 1990: 23). De facto, aquando da sua estadia no Brasil, Keyserling foi acolhido por Oswald e por Tarsila do Amaral (cf. AZEVEDO, 2016).

com a nacionalidade com argumentos que não diferem particularmente dos de Keyserling. Convocam, contudo, uma outra vivência da identidade nacional, e do sentido profundo do ser-se português, que está em radical oposição ao entendimento exclusivamente europeu do alemão.

No esboço de carta dirigida a Keyserling, como num texto contemporâneo que defende as mesmas teses, Pessoa concentra o essencial de uma das suas tripartições recorrentes, classificando três tipos de portugueses, um dos quais, aquele em que Pessoa se revê, relacionado com uma visão do ambiente renascentista profundamente desenvolvida ao longo de toda a sua obra, não poderia ter sido visto por Keyserling, pois, entretanto, fora silenciado pela opressão cultural proveniente do estrangeiro.

113 F - 57

2.

137 - 57

113 F - 59

2.

113 F - 58

3.

113 F - 60

4.

113 F - 61

5.

113 F - 58

3.

113 F - 59

4.

113 F - 60

5.

113 F - 61

6.

Figs. 5 a 8. Testemunho de carta para "Monsieur le Comte" (BNP/E3, 113F-58 a 61).

Pessoa acentua nos dois documentos que, embora tendo emergido em contextos distintos, os três paradigmas passaram a coexistir a partir do fim da dinastia de Avis. A partir desse momento, ficaram claras as três possíveis compreensões de uma identidade portuguesa, potencialmente conflituantes e derivando de formas diversas de percepção do papel de Portugal nos planos nacional e internacional. Em primeiro lugar, Pessoa refere-se ao português original, aquele que é consubstancial à própria terra portuguesa e que, portanto, remonta à fundação da nacionalidade, sem qualquer ligação específica ao devir cultural posterior. Correspondendo a derivações desta base comum, definem-se, em sentidos opostos: o tipo predominante de português que se manifestou a partir do século XVI, espelhando a mundividência e as ideologias dos vários poderes dominantes, num arco temporal cujo escopo vai da terceira dinastia à República; e o português que transporta consigo, ao longo desse mesmo período, o espírito do homem renascente, o único que expandiu num sentido universal o tipo de português nativo.

Estão, deste modo, identificadas duas diferentes interpretações dos rumos individuais e colectivos a conferir ao português típico, correspondendo um à figura do “portuguez á antiga portugueza”, ao qual Pessoa fizera menção numa entrevista de 1923, publicada na *Revista Portuguesa*, e o segundo a uma certa categoria de homens superiores que Pessoa relaciona, quer com o auge da identidade portuguesa, quer com os grandes vultos de uma cultura livre-pensadora remontando à Grécia clássica e ao Renascimento europeu. Este paradigma singular, apesar das circunstâncias adversas, permaneceu num estado subterraneamente marginal, contrário aos modelos oficiais veiculados pelo poder.³

Um dos elementos fundamentais que Pessoa associa ao “portuguez typico”, conferindo-lhe a maleabilidade que lhe permitirá os desenvolvimentos próprios das outras tipologias, é a sua natureza essencialmente adaptativa, sem grandes caracteres singulares além dessa disponibilidade para a conformação a diversas influências. O contraste encontra-se na oposição entre o mimetismo acrítico posterior ao Renascimento, momento em que se desenvolve o “portuguez que começou com a invasão mental estrangeira”, vivendo num estado de escravidão cultural, e o representante trans-histórico da “Grande Alma portuguesa”, outra forma de referir a especificidade do homem renascente, incapaz de coincidir com o tipo de heteronormatividade que noutros textos também identificará com o tipo de

³ Estas classificações encontram-se, por exemplo, nos vários simbolismos que Pessoa integra na estrutura de *Mensagem*, de acordo com um “ciclo histórico da épica de Pessoa” associado a elementos míticos da tradição greco-latina e a figuras históricas circunscritas à primeira e segunda dinastias (cf. FEIJÓ, 2015: 125-126). Do mesmo modo, Agostinho da Silva opta por assinalar que em *Mensagem* Pessoa dá a conhecer uma leitura da civilização ocidental que é anterior à matriz cartesiana, optando por colocar no centro “o que há de estrutural no próprio homem”, a sua condição incerta face ao (des) conhecido (SILVA, 1959: 9-25).

normatividade com origens romanas (PESSOA, 2011b: 127-129).⁴ Ao distanciar-se tanto da vulgaridade representada pela estagnação intrínseca ao português originário, incapaz de progredir autonomamente, como da superficialidade importada coincidente com a esfera do poder, o indivíduo singular procura o seu próprio espaço numa espécie de linhagem paralela, convergente com a tradição livre-pensadora e com a classificação da identidade portuguesa como disposição para “ser tudo” (PESSOA, 2011b: 130).

Pessoa critica implicitamente Keyserling por não se ter feito o esforço filosófico necessário para “conceber” a alma portuguesa, dando a entender que esta só poderia ser devidamente apreendida depois de um profundo exercício intelectual e não de uma mera observação de superfície, aplicável, talvez, a outras manifestações da alma humana, mas não à profunda complexidade do português. A crítica de Pessoa, subtilmente, dirige-se no essencial ao próprio método analítico utilizado pelo alemão ao longo de toda a sua carreira e que era reconhecido internacionalmente, tendo-lhe valido as condições para ser convidado a vir a Portugal: a apologia de um contacto com a identidade dos países visitados despida de grande atenção ao passado histórico e presa, sobretudo, ao que era obtido através de um contacto directo e panorâmico com a população observável.

Para Pessoa, esse processo talvez fosse adequado à compreensão de outros povos com menos relevo histórico e com menos substrato espiritual ou se ficasse pela apreensão do tipo originário de português – é a própria paisagem que lhe confere o perfil em grande medida atávico e fechado em si mesmo. Na melhor das hipóteses, tendo contactado com alguns representantes da elite intelectual da época, Keyserling teria tido acesso ao contraste entre esse tipo de português nativo e o seu escol, marcado pelas múltiplas submissões a valores estrangeiros que elencara dois anos antes, em *O Interregno* (cf. BARRETO, 2012):

Le troisième Portugal, que vous trouverez à la surface des Portugais visibles, est celui qui, depuis la courte domination espagnole, et durant tout le cours d'inanité de la dynastie de Bragançe, de sa décomposition libérale, et de la République, a formé cette partie de l'esprit portugais moderne qui est en contact avec l'apparence du monde. Cette troisième âme portugaise n'est qu'un reflet de l'étranger mal compris ; elle suit la civilisation comme un

⁴ Num texto de 1935, Pessoa estabelece com clareza a oposição entre as duas normatividades para esclarecer o sentido do título de uma revista que projetava, *Norma. Revista quinzenal de literatura e sociologia*. Apercebendo-se de que o sentido fundamental da palavra remete para a ideia de *regra*, Pessoa distingue duas interpretações divergentes do seu conteúdo, diretamente relacionadas com a oposição entre as mundividências grega e romana. Identificando-se com a via de matriz grega que serve de suporte à tradição individualista e especulativa inerente à condição livre-pensadora, Pessoa acentua que a publicação pretendia corresponder a uma “regra mental, uma regra com harmonização de elementos contrários, e, ainda e principalmente, uma regra imposta pelo indivíduo a si mesmo, á grega”, por contraste com a intolerância estereotipada dos paradigmas centralizadores, de sentido romano (PESSOA, 2011a: 136).

enfant suit l'étranger qui passe, par une hypnose, non de l'homme, mais seulement de sa marche.

(PESSOA, 2011b: 132)⁵

Dada a interpretação essencialmente vocacionada para a configuração dos contornos futuros do rumo civilizacional europeu que norteia o projecto analítico de Keyserling, Pessoa conclui que teria sido essencial ao seu estudo que alguém lhe transmitisse em condições a noção de que o modelo de português com o qual convivera mais demoradamente era, também, o menos apropriado. Adverso a qualquer relação com o passado universal de Portugal, assim como a qualquer genuína manifestação de um empreendimento nacional futuro, o rosto visível do homem português contemporâneo não só se afastara das origens da nacionalidade, dando-lhes a artificialidade das roupagens adoptadas num contacto superficial com o estrangeiro, como o fizera apenas lateralmente, sem compreensão profunda do diálogo civilizacional, resultando num mero jogo de aparências.

Para que se perceba devidamente a importância que Pessoa atribui ao momento renascentista, no qual a alma portuguesa adquiriu dimensão europeia, devem mencionar-se brevemente alguns dos textos nos quais Pessoa expõe minuciosamente a sua interpretação dos aspetos que estiveram na origem da civilização moderna. Segundo Pessoa, são três os contributos, de diversas proveniências, cuja coesão determinou o sentido civilizacional da Renascença: o elemento individualista, expresso através da gradual reação ao paradigma dominante, a “autoridade da Igreja”, devido, entre outras coisas, ao aspeto mais recorrentemente associado à Renascença, o “influxo da cultura greco-romana, e mais grega que romana”, destinado a produzir nas almas individuais e coletivas uma desconfiança face aos valores vigentes, muito menos inspiradores do que os que vigoravam na Grécia; o desenvolvimento do “espírito científico”, também invenção grega, mas cujo verdadeiro alcance só emergiu gradualmente com a Idade Média e sobretudo com a Renascença, tendo “as nossas descobertas marítimas” correspondido adequadamente a esse impulso generalizado para a descoberta de novos horizontes; finalmente, o internacionalismo, o único que não dependera da Grécia e que, por isso mesmo, constitui o traço mais profundamente original.

Ora, Pessoa é muito claro no modo como esclarece que foi esse o mais ativo sentido da intervenção portuguesa:

Vieram, finalmente, as nossas descobertas marítimas, que criaram o elemento colonialista da civilização moderna. E a nossa glória imarcessível que a civilização europeia é em uma das suas partes importantes, criação nossa. Por nós existe hoje uma civilização americana. Por nós ha cidades e civilizações na Africa, na Australia, na India, na Asia longinqua. Tudo quanto, longe da Europa, é europeu, a nós o deve. De nós descende a grandeza presente do

⁵ Relativamente a este assunto, e ao seu impacto na relação com Mário de Sá-Carneiro e do grupo do *Orpheu*, cf. AMADO (2016: 49-60).

Japão, como a existencia colonial da Inglaterra. Que, se nós o não houvessemos feito, outros [o] fariam, não é argumento que se empregue. Porque não é precisa a hypothese, onde ha o facto. E o facto é que fomos nós que o fizemos.

(PESSOA, 2009: 194; BNP/E3, 55A-86)

Deve sublinhar-se uma passagem extremamente importante deste texto, que sintetiza tudo quanto Pessoa afirmou quanto à potencialidade portuguesa para se apropriar gradualmente de toda a civilização do Ocidente:

Não se nos falle em Colombo ou em Cabot. Colombo, suppondo mesmo que fôsse italiano — como hoje se desprovou, mostrando-o gallego — é sociologicamente portuguez, porque portugueza é a iniciativa das descobertas, a ideação scientifica d’ellas, a construcção do conjuncto das descobertas como obra civilizacional, e todos, portanto, quantos collaboraram em descobrir, naturalizaram-se portuguezes com o fazel-o.

(PESSOA, 2009: 194)

O português tornado sinónimo de europeu tem aqui o seu apogeu, dado que não só foi a alma portuguesa a descobrir a primeira grande face do movimento de expansão universal moderna – a noção de descoberta, em si mesma, e a sua conversão em “obra civilizacional” –, como também foi o seu vocabulário específico a exigir que todas as outras nacionalidades acabassem por se diluir numa supranacionalidade, definida pela participação num empreendimento que é, em si mesmo, um reflexo da genuína alma portuguesa manifestando-se no tempo e no espaço.

É essa noção que, em 1930, Pessoa continua a veicular, na sua resposta a Keyserling. Com efeito, se a alma típica do segundo tipo de português tem as suas origens profundas na “divinité de l’âme hellénique”, participando do gesto geral de que derivou a rutura com o padrão cultural dominante, a sua natureza permite-lhe introduzir no tabuleiro moderno um dado totalmente original, independente de vestígios antigos:

Autrefois, elle a découvert la terre et les mers: elle a créé tout ce que le monde moderne possède qui n'est pas antique, car les deux autres éléments du monde moderne (la substitution de la culture hellénique à la demi culture latine, œuvre de la Renaissance italienne, et l'individualisme, œuvre de la Reforme et de la Révolution anglaise) sont des éléments obtenus par une transposition de différents éléments des anciennes religions et civilisations: ils ne sont pas créés de toutes pièces, comme l'océanisme, l'universalisme et l'impérialisme à distance qui ont été les résultats consciemment produits du premier mouvement divin de l'âme portugaise, du second stade de l'Ordre secret qui est le fonds hiératique de notre vie.

(PESSOA, 2011b: 133)

As afinidades entre esta carta de Pessoa e a proposta desenvolvida por Castro Osório nas páginas de *Descobrimento* para expor os pressupostos da revista, primeiro, e para argumentar em resposta aos conteúdos da análise de Keyserling, depois, são

evidentes, como se verá adiante. Importa reter para já a coincidência, em Pessoa e Castro Osório, de uma abordagem singular a problemas com grande repercussão na época, como a identidade nacional, o colonialismo e a sua repercussão internacional.

Devem ler-se as afinidades entre Pessoa e Castro Osório à luz de uma amizade que se prolongava a toda a família, grande impulsionadora de um projecto historiográfico e antológico próximo de algumas perspectivas pessoais, que encontraram em *Descobrimento* um eixo operativo com algum relevo. Na Biblioteca particular de Fernando Pessoa, conservam-se três livros de Osório de Oliveira (*Literatura Brasileira*, 1926, CFP 8-393; *Espelho do Brasil*, 1933, CFP 8-394; e *Psicologia de Portugal*, 1934, CFP 8-395), um livro de Castro Osório sobre Sidónio Pais (*Um Ano de Ditadura*, 1924, CFP 3-51) e *Poemas*, de Paulino de Oliveira, pai de ambos (1932, CFP 8-396). O único do conjunto com extensa marginália pessoal é *Um Ano de Ditadura*, que apresenta amplas sintonias com as teses pessoais a respeito do mito, sobretudo em termos dos processos de construção e difusão colectiva e na sua dimensão política alavancada nas figuras de homens fortes, como Sidónio Pais, do qual o livro apresenta uma antologia de textos e intervenções. Curiosamente, este é também o único livro assinado por Pessoa, mas o único sem qualquer dedicatória.

Os livros de Osório de Oliveira são bastante expressivos do papel desempenhado por Keyserling e Salvador de Madariaga no projecto de reflexão sobre a nacionalidade portuguesa através dos contactos com grandes figuras intelectuais da época e do comentário aos seus argumentos. Em *Espelho do Brasil*, pp. 27 e 48, encontra-se não só a associação entre Vitorino Nemésio e um conjunto de autores europeus dedicados ao estudo do âmago dos povos, como a menção a Gilberto Freyre e à sua teoria de Portugal como povo civilizador, no ano em que se publicou *Casa Grande & Senzala*. Os livros referidos são também um repositório importante de abordagens a autores modernistas, quer de Portugal, quer do Brasil, com menções aos dois números do *Orpheu* e a uma vasta galeria de autores brasileiros, de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens a Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

Importa recordar uma carta de Pessoa, parcialmente transcrita no número de Verão/Outono de 1932 da *Descobrimento*, na qual o poeta escreve a Osório de Oliveira sobre a condição poética singular de Paulino de Oliveira, em termos que poderiam ser aplicados a António Botto ou a qualquer dos heterónimos neopagãos:

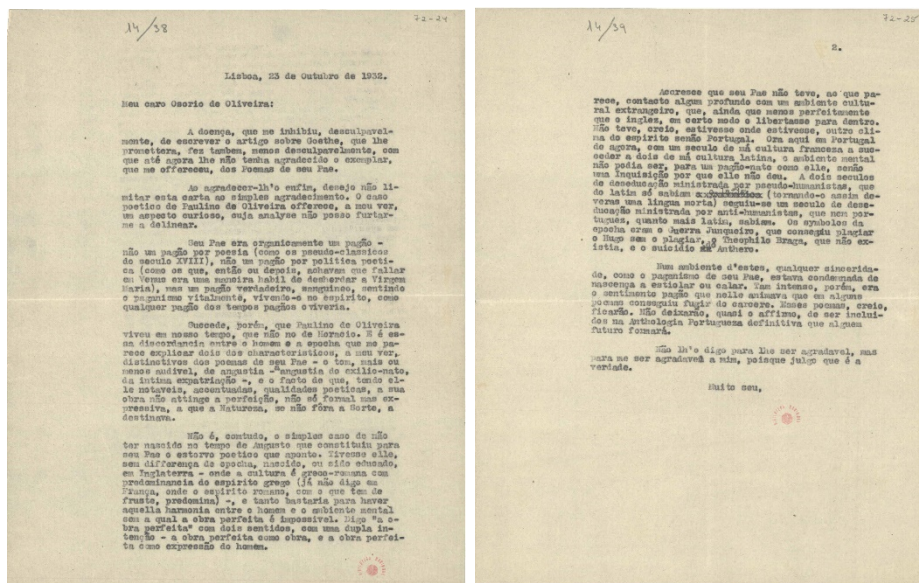
Seu Pae era organicamente um pagão – não um pagão por poesia (como os pseudoclássicos do século XVIII), não um pagão por politica poetica (como os que, então ou depois, achavam que fallar de Venus era uma maneira habil de desherdar a Virgem Maria), mas um pagão verdadeiro, sanguineo, sentindo o paganismo vitalmente, vivendo-o no espirito, como qualquer pagão dos tempos pagãos o viveria. Succede, porém, que Paulino de Oliveira viveu em nosso tempo, que não no de Horacio. E é essa discordancia entre o homem e a epocha que me parece explicar dois dos caracteristicos, a meu ver, distinctivos dos poemas de seu Pae – o tom, mais ou menos audível, de angustia – a angustia do exilio-nato, da intima expatriação

–, e o facto de que, tendo elle notaveis, accentuadas, qualidades poeticas, a sua obra não attinge a perfeição, não só formal mas expressiva, a que a Natureza, se não fôra a Sorte, a destinava. [...] Accresce que seu Pae não teve, ao que parece, contacto algum profundo com um ambiente cultural estrangeiro, que, ainda que menos perfeitamente que o inglez, em certo modo o libertasse para dentro. Não teve, creio, estivesse onde estivesse, outro clima do espirito senão Portugal. Ora aqui em Portugal de agora, com um seculo de má cultura franceza a succeder a dois de má cultura latina, o ambiente mental não podia ser, para um pagão-nato como elle, senão uma Inquisição por que elle não deu.

(BNP/E3, 72-24^r)

Uma análise aos índices dos sete números da revista *Descobrimento* publicados entre a Primavera de 1931 (n.º 1) e o Verão/Outono de 1932 (n.º duplo 6/7) permite-nos algumas conclusões relevantes quanto a essa inscrição dos seus directores no contexto da divulgação e prolongamento dos autores e problemas de interesse para o Modernismo em língua portuguesa. No primeiro número, da Primavera de 1931, publicam-se “Oito elegias chinesas traduzidas e anotadas por Camillo Pessanha” e “Aerogramas imaginários”, do modernista espanhol com grandes ligações a Portugal Ramón Gómez de la Serna. No segundo número, além de “Portugal”, de Keyserling, publicam-se, entre outros, contributos de Paulino de Oliveira e de João de Castro Osório, além de uma apresentação de “Novelistas e Poetas Jovens do Brasil”. Nas “Notas”, sai um esclarecimento quanto aos motivos da publicação de “Portugal” e uma reacção aos comentários da crítica, “Nós e o conde de Keyserling”, com uma carta do alemão tentando atenuar os seus argumentos. No número do Outono de 1931, saem “Em Prinkippo...”, de António Patrício, “Um Conselho de Sócrates”, de Celestino Soares, director do jornal *Sol* e amigo de Pessoa, uma “Antologia de Poetas Galegos”, trechos “Do ‘Livro do Desasocego’”, de Fernando Pessoa, e a resposta de Castro Osório ao texto de Keyserling, “Portugal visto da Europa”. No quinto número, publicam-se “Duas Poesias”, de Manuel Bandeira, e uma antologia de poetas modernistas portugueses que inclui vários colaboradores do *Orpheu* ou que deliberadamente lhe deram sequência: Fernando Pessoa (“Guia-me a só razão”), Álvaro de Campos (“Quero acabar entre rosas, porque as amei na infância”), Luís de Montalvor (“Entardecer” e “A Dançarina Morta”), Carlos Queiroz (“Desencanto”, “Marcha Quási Fúnebre” e “Ode à Música”) e o brasileiro Ronald de Carvalho, co-director do *Orpheu* 1 com Montalvor (“A Máquina e a sua Filosofia”). É também publicado o ensaio do capítulo “Portugal”, de Salvador de Maradiaga, que prolongava os assuntos identitários trazidos por Keyserling e enquadrava o ensaio “As Razões do Erro Ibérico”, de Castro Osório. Os textos de Keyserling e de Salvador de Maradiaga são ainda situados no panorama do projecto da publicação na nota “Ainda o conde de Keyserling” e acompanhados por uma nova nota do alemão sobre a resposta de Castro Osório. Finalmente, no número duplo do Verão/Outono de 1932, o espaço é quase totalmente ocupado por um dossier de homenagem a Goethe. Pessoa surge

novamente como nome relevante numa nota final na qual se publica um excerto de uma carta por si enviada a Osório de Oliveira e dada como uma espécie de recensão, “Sobre ‘Poemas’ de Paulino de Oliveira”, livro publicado pelas edições *Descobrimento* e que consta da Biblioteca particular de Fernando Pessoa.



Figs. 9 e 10. Carta parcialmente publicada na *Descobrimento* (n.º duplo 6/7) (BNP/E3, 72-24^r e 25^r).

Retomando a abordagem ao ponto de vista defendido por ambos, pesem as nuances próprias dos pressupostos e desenvolvimentos específicos das respectivas obras, deve acentuar-se que a convergência passa, não só pela insistência com que se reconhece nas Descobertas o mais relevante traço da cultura portuguesa, e não apenas enquanto fenómeno passado, mas também pelo desenvolvimento de uma solução supra-europeia para o futuro desenvolvimento espiritual de Portugal, em consonância não com o paradigma redutor veiculado pelo Estado Novo, mas com uma recuperação do perfil renascentista. A percepção de que o apogeu civilizacional de Portugal nessa primeira etapa quinhentista correspondeu também a uma espécie de edificação antropológica de um modelo correspondente às mais elevadas ambições humanas, conduzidas ao questionamento progressivo dos limites e à exploração ininterrupta de novos horizontes desconhecidos, é essencial para que Pessoa possa esboçar uma complexa rede de associações essenciais a uma verdadeira mitologia do português renascente como futuro de uma ideia universal de cultura transfiguradora da própria relação do ser humano com a sua natureza e com as suas valências criadoras.

Se Castro Osório aponta o futuro Humanismo lusíada como possibilidade de criação de uma nova experiência religiosa, transcendendo as anteriores vias politeísta e monoteísta, Pessoa aponta para “une aventure formidable, surréligieuse, passée dans cette *No God's Land* qui est entre l'Homme et les Premiers Dieux”

(PESSOA, 2011b: 133). Atendendo a que esse espaço é o horizonte infinito desde o qual se foram propagando as várias interpretações da religiosidade intrínseca à consciência humana, a proposta de Pessoa estabelece um efeito de contágio progressivo entre indivíduos superiores, impactos individuais e colectivos nos destinos de uma nacionalidade, repercussões europeias e mundiais dos empreendimentos de cada nacionalidade e do seu escol e apreensão de novas formas de entendimento do Homem e da cultura como pináculo das suas qualidades distintivas, sendo a literatura simultaneamente o mais elevado dessa obra cultural e o espaço por excelência a partir do qual ela exprimir-se e questionar-se. O projecto pessoano remete directamente para o próprio palco das mitologias, preparando o advento de uma noção de “Theomachia” que, num outro apontamento, associa directamente ao Quinto Império e ao espírito sincrético que lhe subjaz:

No Quinto Imperio será a Theomachia – a guerra, não já dos Anjos, mas dos Deuses. Hoje o combate é entre forças /mágicas, ou angelicas/, e se estende a todo o tamanho do mundo. Sendo esse lutar entre forças divinas o simples mundo o não conterà.

(PESSOA, 2011b: 239)

No outro texto em que Pessoa descreve os “três Portugais” ou os “três tipos de português”, menos marcado pelo discurso hermético típico de muitos dos seus esboços dedicados ao Quinto Império, com o qual certamente esperaria impressionar Keyserling, as considerações sintetizadas na carta adquirem uma dimensão mais explicitamente política e, sobretudo, mais voltada para a crítica profunda ao “typo official” e para a reflexão a respeito dos contrastes entre Portugal e outras nações europeias, nomeadamente a Grécia, Espanha e a Alemanha, importantes na leitura de Keyserling. Precisamente por isso, será mais adequado expor-se o conteúdo do texto do alemão, conforme dado a conhecer nas páginas do número 2 revista *Descobrimto*, no Verão 1931, antes de regressarmos aos argumentos defendidos por Pessoa neste trecho escrito alguns meses antes.

A tradução do texto de Keyserling tem como título “Portugal”, propondo-se preencher uma lacuna no livro de 1929 dedicado a várias nações europeias, *Europa. Análisis espectral de un continente*. Esse texto é em grande medida contrastante com as afirmações do ano anterior, compondo um retrato dos portugueses que, não andando longe das considerações de vários dos grandes vultos da intelectualidade nacional, que há várias décadas insistiam na mitologia da decadência e do provincianismo, é, contudo, visto como excessivamente castigador.

A tradução, da autoria de Osório de Oliveira, irmão de Castro Osório, teria inclusive repercussões no estrangeiro⁶, como observa o próprio no livro *Psicologia de*

⁶ Um exemplo importante da diversidade dos usos do texto de Keyserling é o livro *Portugal na historia: o Brasil e os portugueses*, de Gondin da Fonseca, que logo em 1932 recorre aos argumentos do conde para corroborar os seus vários ataques a Portugal e aos portugueses.

Portugal, de 1934, comentando as análises de Keyserling e os seus efeitos com argumentos afins dos de Pessoa e de Castro Osório:

Quiseram as circunstâncias que fôsse eu o tradutor dos dois ensaios mais importantes que Portugal inspirou, nos últimos tempos, a críticos estrangeiros. Refiro-me ao capítulo da *Análise Espectral da Europa*, do Conde de Keyserling, e ao do livro *Espanha*, de Salvador de Madariaga. [...] Não me aflige que o ensaio de Keyserling na minha tradução tenha servido a um nativista brasileiro para atacar Portugal. Pois não será um acto patriótico revelar as opiniões dos estranhos sôbre o nosso país, provocando uma reacção inteligente e fundamentada? [...] É injusto, por isso, atacar o Conde de Keyserling por se ter demorado em Portugal meia dúzia de dias. Ele próprio se declara «essencialmente improvisador». O seu processo mental é o dum poeta, mais do que o dum filósofo. Mas não se julgue que isso é um defeito para quem, como êle, faz psicologia étnica. [...] O que enferma os seus juízos não é a visão deficiente, é o seu ponto de vista. Keyserling, como o demonstrou João de Castro Osório, viu Portugal da Europa. Ora tendo sido o mar e os novos mundos os campos de acção exclusivos dos portugueses, o nosso país não é, verdadeiramente, europeu. Somos uma nação atlântica e não continental. A nossa alma deriva mais dos contactos com os oceanos, com o Oriente e com as terras virgens da África e da América do que da comunhão com os outros povos europeus.

(OLIVEIRA, 1934: 17-19).

Estes comentários repetem o que Osório de Oliveira escreveu no penúltimo número da *Descobrimto*: “*Definição de Portugal* é o título dum livro em que serão reunidas as traduções dos capítulos do conde de Keyserling e de Salvador de Maradiaga sôbre Portugal, bem como o ensaio de Waldo Frank sôbre o Brasil (em que há tão profundas observações sobre o carácter da colonização portuguesa) e o estudo de Eugénio d’Ors sôbre o barroquismo português, se êle o fizer algum dia”. E a seguir: “Os seus erros, mesmo, são apenas – como João de Casto Osório demonstrou – filhos da sua posição particular de europeu. O mesmo se pode dizer de Salvador de Madariaga, que representa o ponto de vista espanhol sôbre o nosso país. O notável ensaísta, apesar de galego, representa perfeitamente (e com que talento!) o critério da Espanha unitária” (OLIVEIRA, 1932: 601-602).

Para o alemão, o típico homem português derivava da dinâmica delicada entre duas pulsões: por um lado, a carência de capacidades para se desprender dos impulsos de cada momento e, desse modo, para adquirir formas superiores de ironia e de autocrítica; por outro lado, a incapacidade de ter noção dos seus limites, algo que o leva a não conseguir ser simples na manifestação da sua sentimentalidade complexa. Esse turbilhão de emoções contraditórias é, provavelmente, o elemento que segundo Keyserling mais o impressionou e confundiu no contacto com os seus interlocutores portugueses ao longo de toda a jornada. E está de acordo com uma certa diluição do peso de Portugal no plano da sua inscrição geográfica:

Ora êle é, faça o que fizer, uma parte integrante da península ibérica, não somente sôbre o ponto de vista geográfico mas, acima de tudo, sôbre o ponto de vista psíquico. É a ela que

Portugal pertence em primeiro lugar, e só depois é que pertence à Europa. [...] O- Português é um homem «peninsular» como o Basco, o Catalão e o Aragonês. O facto de Portugal ter conquistado, desde o princípio da Idade Média, a independência política, quasi com os limites que tem actualmente, não altera a afirmação do seu hispanismo essencial. Esta independência foi, simplesmente, a expressão extrema do regionalismo e do particularismo que caracterizam tudo quanto é hispânico.

(KEYSERLING, 1931: 154)

Não existe, portanto, segundo Keyserling, qualquer aspecto relevante no homem português face ao seu contexto peninsular, nem mesmo em termos raciais, dado que a combinação entre raças fora sempre uma constante. Pelo contrário, dado que, de acordo com este ponto de vista, a identidade portuguesa devia-se em grande parte aos prolongamentos de uma fractura irresolúvel e que, entretanto, só fora agravada:

Em 1668 Portugal· fêz mais do que separar-se novamente da Espanha: afastou-se dela e renegou-a. Isso constituiu um golpe profundo nas raízes da sua substância, golpe que nunca mais fechou. [...] Politicamente, Portugal viu-se na necessidade, daí em diante, de se subordinar à Inglaterra. O orgulho bem hispânico do Português não se conformou nunca com êste facto. Desde êsse tempo, êle mostra-se essencialmente amargo quando se lembra da sua posição política, e procura compensar a sua insatisfação fazendo grandes gestos.

(KEYSERLING, 1931: 154)

Assim, a incompletude que reduzia o português a viver impulsivamente o momento e o excesso por vezes sobranceiro motivado pela incapacidade de definir os próprios limites cruzam-se com um problema que ecoa em várias análises ao longo dos anos, a dependência face ao estrangeiro. Mas Keyserling reconhece que, no contexto vasto da unidade hispânica, o português representa um dado distintivo face ao outro grande elemento, o castelhano. A situação geográfica definida pela fractura histórica determina a incapacidade de os portugueses terem uma identidade coesa, assim como a capacidade de adaptação a outros ambientes ou o domínio de línguas estrangeiras, traços mitificados por alguns autores portugueses e que para Keyserling são provas irrefutáveis de uma carência identitária e de uma ambição desmedida, nomeadamente em torno do desejo de querer ser mais do que uma mera variante do ser hispânico.

De algum modo, é como se o impulso agregador que o Conde entrevê nos espanhóis, devido à imposição centralizadora do jugo castelhano, fosse nos portugueses convertida na capacidade de combinar a pluralidade num único local. Excesso de variantes em delicado equilíbrio e défice de concretização de uma unidade reconhecível parecem ser os grandes suportes de toda a análise:

Também não há almas simples em Portugal; cada uma delas abriga, ao mesmo tempo, tese e antítese. Assim, o Português é o romântico mais extravagante e, por outro lado, o positivista mais seco; ao mesmo tempo o poeta e o comerciante por excelência. Ele é dôce e ao mesmo tempo brutal, selvagem e perverso, requintado e vulgar (isto manifesta-se no domínio social, pelo facto dêste povo, plebeu em si, produzir excepcionalmente, os mais finos aristocratas do

mundo actual), serviçal e desrespeitoso, amável e desagradável. Apesar disto, como já dissemos, unidade potencial e integralidade constituem, igualmente, a forma primordial do Português. Assim, os elementos mais dispares são ligados do interior, um ao outro, por um único laço.

(KEYSERLING, 1931: 159)

Estes traços, que em autores portugueses da época serão considerados positivos, e não apenas num pensador complexo como Pessoa, cuja compreensão da singularidade do genuíno homem português depende precisamente dos aspectos aqui elencados, são lidos negativamente nesta proposta. O português é reduzido a uma espécie de bomba-relógio de cicatrizes fundadoras mal resolvidas e de pulsões internas tornadas coesas, mas que conduzem a uma permanente explosividade. Encarcerado entre uma ampla gama de forças em ebulição, que Keyserling associa a uma certa megalomania no modo como o português se vê, e a incapacidade de dar a devida sequência a essas forças, não só por nenhuma delas se sobrepor como porque a dimensão modesta do país não corresponde à sua idealização, Portugal é um corpo bloqueado em permanente negação, ao qual não resta sequer a força necessária para manterem grande repercussão em termos do seu potencial colonizador:

Os Portugueses nunca mostraram possuir a grande linha dos povos imperiais. Foi somente a sua “capacidade” que êles demonstraram em tôda a parte. Por maiores que tenham sido as suas possessões, nunca se identificaram com elas até ao ponto de se tornarem êles próprios, grandes e vastos. [...] O Brasil, por exemplo, já não é essencialmente português: o seu povo é interiormente generoso e, em todos os seus elementos importantes, original. Por isso, não admira que Portugal, como potência política e como nação, não tenha, ao contrário da Espanha, dado provas de fôrça moral de atracção.

(KEYSERLING, 1931: 162)

É assinalável, a meu ver, a capacidade com que Keyserling, com o apoio de algumas leituras e com poucos dias de passagem efectiva pelo país, conseguiu desenvolver uma compreensão crítica de várias das obsessões da tão recorrente queda dos portugueses para a discussão da sua identidade e dos motivos que lhe deram continuidade e razão de ser. De facto, as páginas publicadas em *Descobrimento* estavam plenamente de acordo com os propósitos da revista, que passavam por (mais) uma revisão da singularidade portuguesa e pela discussão do lugar de Portugal no panorama de uma nova era cultural, em termos ibérico, europeu, lusófono e universal.

Quanto ao contraste com Espanha, que Keyserling recusa dimensionar demasiado, considerando que a identidade portuguesa corresponde na melhor das hipóteses a uma originalidade excessiva e contraditória que poderia ter um lugar importante no quadro de uma unidade expressiva das diversas manifestações da alma hispânica, sobressai a oposição entre o “*disparate* português” representado pela incapacidade de gerir adequadamente as emoções e a muito mais vasta capacidade

espanhola de viver os sentimentos em profundidade e de acordo com uma permanente marca de coesão. Outro contraste relevante para Keyserling é entre Portugal e a Alemanha, estabelecido essencialmente a propósito da saudade. O Conde critica o perfil do português típico, dominado por uma passividade vaga e estática no modo como experimenta a sua profunda relação nostálgica com a própria tradição, algo que os alemães vivem de um modo muito mais intelectualmente dirigido e, por isso mesmo, feito de “devenir” e não de “passividade”. Finalmente, deve ainda salientar-se a aproximação entre os portugueses e os gregos:

Não conheço outro povo semelhante; a comparação com os Gregos, tanto com os antigos como com os modernos, foi a única que me veio ao pensamento. Mas, depois de reflectir, tive que afastar, também, essa comparação, pois os Helenos não foram nunca de natureza explosiva, e a sua característica residiu e reside no elemento intelectual, e não, como nos Portugueses, no elemento emotivo. É isso o que caracteriza, exclusivamente e num sentido único, os Portugueses, dentro do círculo da cultura ibérica.

(KEYSERLING, 1931: 163-164)

Nos textos de 1930 já referidos, destinados a responder às conferências de Keyserling ou pelo menos a interrogar assuntos afins dos expostos na carta esboçada, Pessoa escolhe precisamente essas três nacionalidades para equacionar quais os traços comuns a todos os portugueses, independentemente de qual das categorias a que pertencem, de acordo com a escala a que me referi. Importa salientar que, embora com recurso ao vocabulário tipicamente pessoano, as suas observações não diferem demasiado daquelas que Keyserling propõe, sendo mais relevantes as oposições quanto ao modo como as características são encaradas. Para Pessoa, a mentalidade comum a todos os portugueses, embora sendo exercida de modo diverso por cada um dos três tipos – o nativo, o renascente e o padronizado pelo poder vigente - depende de três aspectos: “o predomínio da imaginação sobre a inteligência”, “o predomínio da emoção sobre a paixão” e, finalmente, “a adaptabilidade instintiva” (PESSOA, 2011b: 129)

Ora, em estreita conexão com a proposta de Keyserling, o que resulta desses três núcleos na sua interação com as identidades estrangeiras em apreço é o seguinte: relativamente ao perfil grego, a distinção baseia-se no facto de os gregos serem essencialmente um povo intelectual, enquanto os portugueses, dado o primeiro desses traços, tende a privilegiar a imaginação, que, neste contexto, alastra à emotividade também pouco patente nos gregos; relativamente aos tipo espanhol, a distinção opera-se no contraponto entre “emoção” e “sentimento”, que, à luz dos outros aspectos, parece dar-se em termos da maior tendência para o improvisado por parte dos portugueses, conduzindo a uma vivência da emotividade inconstante, móvel, instável, adaptativa, relevante ao nível de outros contrastes propostos por Keyserling, como a centralização cultural espanhola ou a pouca disposição para a adaptação a línguas estrangeiras; relativamente aos alemães, ao carácter “racional e

firme” com que estes exprimem todo o seu contacto adaptativo com o mundo Pessoa opõe a natureza “instintiva e instável” do dinamismo português.

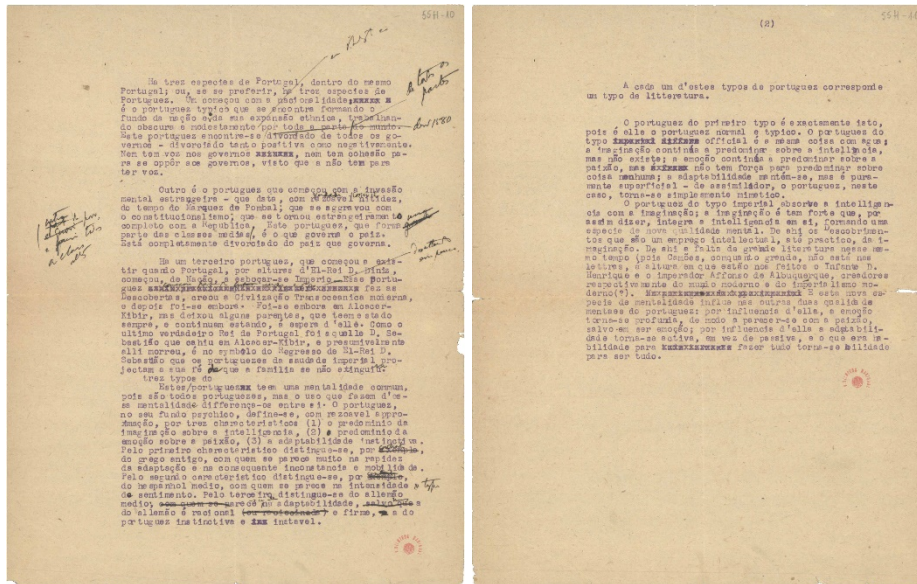


Fig. 11 e 12. Texto dactilografado da mesma época do esboço de carta destinada a Keyserling (BNP/E3, 55H-10^r e 11^r).

A mais assinalável divergência entre ambos encontra-se ao nível de um aspeto também decisivo na crítica de Castro Osório, como veremos. Ao contrário do que Keyserling supõe, vendo no português um povo pouco dado à mobilidade, excessivamente apegado às suas raízes naturais e culturais e por isso mesmo passivo ao nível da emotividade, daí a necessidade de algo como a invenção da saudade, Pessoa introduz na sua visão os elementos típicos da sua abordagem ao Sebastianismo e ao Quinto Império: a procura incessante de um novo além, de acordo com a qual os verdadeiros fundamentos da identidade portuguesa são deslocados para territórios supra-europeus, e a percepção de que o homem português não possui um perfil marcado, podendo adaptar-se facilmente aos mais diversos contextos, escapando à suposta passividade que atinge os que ficam demasiado presos à terra nativa. É a diferença, portanto, entre uma concepção que vê nas Descobertas uma necessidade histórica motivada por opções pouco perceptíveis em termos da fuga do espaço hispânico comum (Keyserling) e um ponto de vista que faz depender desse momento de expansão global a originalidade portuguesa em termos ibéricos, europeus e mundiais (Pessoa, Castro Osório). A expansão é precisamente o palco mais proeminente da natureza instável e adaptativa que transporta para novos mundos a profundidade imaginativa do povo português.

Como se assinalou, é essa construção argumentativa que permite a Pessoa expor as diferentes tipologias de portugueses que coexistem no mesmo tempo e espaço e, sobretudo, as ramificações contextuais que o modelo básico da

portugalidade sofreu ao longo da sua História. De facto, as duas direcções avaliadas por Pessoa correspondem, com assinalável rigor, à via predominante em Keyserling, com foco quase exclusivamente europeu e, portanto, destinado a interrogar nas culturas de cada povo os contributos futuros para uma cultura europeia ampla, e a uma outra perspectiva que valoriza Portugal a partir das suas múltiplas inscrições geopolíticas.

No primeiro caso, o exemplo dos portugueses que desde o século XVI abdicaram da sua propensão expansionista e excessiva para se adaptarem à rígida normatividade europeia, ou pelo menos ao influxo de um dos grandes núcleos nacionais dessa ideia plural de Europa, aponta para um diagnóstico evidente: a análise de Keyserling está correcta e pouco mais resta aos portugueses do que abdicarem das suas ilusões de superioridade e autonomia face ao contexto ibérico em cujo seio reside tudo quanto pode vir a ter relevo à escala continental. Tudo quanto é representativo da portugalidade perde relevo, dado que à luz dessa doutrina a imaginação deixa de se manifestar, não existindo também a inteligência original à qual tendencialmente se superioriza; a emoção perde qualquer carácter explosivo, passando a ser uma espécie de vácuo incapaz de se destacar; finalmente, a capacidade de se adaptar ao diverso deixa de ser feita activamente para assumir as feições de uma passividade expressa na experiência de um puro mimetismo.

No segundo caso, o exemplo dos portugueses renascentes cuja resistência atravessou as adversidades do jugo ideológico governamental é o de uma ambígua presença no quadro das nações europeias, aberto aos grandes momentos da sua cultura, mas disposto a abraçar tudo aquilo que permanece fora dos paradigmas racionalistas representados por uma Europa que é também opressiva e totalitária. O “portuguez do typo imperial” é o único no qual se dão as condições exemplares para que os elementos primordiais extravasem, potenciando mesmo o desenvolvimento de elementos menos característicos, mas que enriquecem uma noção de conjunto. Perante a expansão gradual do pendor imaginativo, e os universos a que este é destinado, nomeadamente o das Descobertas, forma-se “uma especie de nova qualidade mental”, que parece em grande medida aproximar o carácter português da experiência grega, acrescentando à adaptabilidade e inconstância fulcrais no desenvolvimento da cultura grega uma forma distinta de intelectualidade e capacidade prática de que as Descobertas são a obra-prima civilizacional. É esse efeito de transbordamento único do tipo português que lhe permite evoluir numa direcção que transcende a paixão espanhola, por um lado, e a qualidade activa alemã:

E esta nova especie de mentalidade influe nas outras duas qualidades mentaes do portuguez: por influencia d’ella, a emoção torna-se profunda, de modo a parecer-se com a paixão, salvo em ser emoção; por influencia d’ella a adaptabilidade torna-se activa, em vez de passiva, e o que era habilidade para fazer tudo torna-se habilidade para ser tudo

(PESSOA, 2011b: 129-130)

Pessoa deixa neste texto, contudo, uma noção que já deixara entrever na entrevista de 1923, dada à *Revista Portuguesa*, e que tem impacto profundo na sua leitura do seu próprio tempo: à grandeza de um momento histórico que se dedicou sobretudo a criar o mundo moderno e o imperialismo moderno, através das suas grandes figuras de génio, não correspondeu uma literatura de igual dimensão:

O nosso unico período de criação foi dedicado a crear um mundo. Não tivemos tempo para pensar nisso. O proprio Camões não foi mais que o que esqueceu fazer. *Os Lusíadas* é grande, mas nunca se escreveu a valer. Litterariamente, o passado de Portugal está no futuro. O Infante Albuquerque e os outros semi-deuses da nossa gloria esperam ainda o seu cantor. Este poderá não fallar d'elles; basta que os valha em seu canto, e fallará d'elles. Camões estava muito perto para poder sonhal-os.

(PESSOA, 2011b: 263)

É, pois, necessário um primeiro movimento de denúncia do “typo official”, conduzindo à sua substituição pelo modelo no qual os grandes feitos portugueses foram dados a conhecer, e, depois, um segundo movimento de criação do futuro que – deve ser assinalado – não deve ser um mimetismo desse passado, mas antes uma forma de através da literatura se proceder a uma equiparação em termos de valia e de efeitos civilizacionais.

É em função destas propostas de Pessoa, e tendo em mente o texto de Keyserling ao qual servem de uma espécie de comentário prévio, que devem ler-se os argumentos defendidos naquele que é o mais eloquente esforço de exegese e resposta às críticas do filósofo alemão, o texto de José Castro Osório, “Portugal Visto da Europa”, publicado no terceiro número, que é, portanto, o imediatamente subsequente ao texto do Conde.

Na nota “Nós e o conde de Keyserling”, Castro Osório apontara já à crítica portuguesa incapaz de acompanhar o valor que uma opinião deslocada dos hábitos reflexivos nacionais poderia ter:

Aqueles que, em vez dum orgulho nacional consciente, têm uma vaidade patriótica susceptível, não deixarão de estranhar o acolhimento dado por nós ao capítulo sôbre “Portugal” da “Análise espectral da Europa” do conde Hermann de Keyserling. Êsse acolhimento, querendo dizer admiração pelo alto valor do autor, não implica uma concordância com as suas ideas sôbre o nosso país. Reconhecemos, ao contrário dos críticos superficiais da nossa imprensa, além da boa intenção de Keyserling, a verdade de algumas das suas observações. Pensamos que os seus erros são devidos, não à sua capacidade de penetração psicológica, mas ao escritor sobre que se baseou historicamente, e àqueles que lho indicaram. Referimo-nos a Oliveira Martins (que inspirou, igualmente, as ideas de Salvador de Madariaga sôbre a função histórica de Portugal) e àqueles a quem coube a missão de informar Keyserling durante a sua estada em Lisboa. Entendemos, ainda, que a maneira como se pretendeu responder ao grande nome do autor, universalmente discutido mas admirado, do “Jornal da viagem dum filósofo”. Julgamos cumprir um dever para com o espírito, para com a cultura e, até, para com Portugal, tornando conhecido o capítulo incriminado e afirmando que êle merece uma contradita mas, também, um elogio. A

refutação das ideias de Keyserling devia acompanhar a publicação das suas páginas. O desenvolvimento que exigiu essa resposta, contra-partida do ensaio de Keyserling, não nos permitiu publica-la ao mesmo tempo.

(OSÓRIO, 1931c: 312)

Do conjunto de ataques recebidos por Keyserling, destaco dois, dado o relevo político e literário dos seus autores nas primeiras décadas do século XX. No *Primeiro de Janeiro* de 2 de Abril de 1931, Júlio Dantas comentava deste modo o assunto, estabelecendo curiosas associações entre a postura do alemão e algumas correntes estéticas vanguardistas:

Hermann Keyserling, um dos agitadores do pensamento contemporâneo, é um filósofo cubista, que ora nos faz meditar pela profundidade e pela originalidade dos conceitos – ora nos obriga a sorrir das suas extravagâncias [...]. A si próprio se considera filósofo; e entretanto, não há na sua obra nada que se pareça com uma filosofia, isto é, com um corpo sistemático de doutrinas que possa transmitir-se pelo ensino. [...] Quer isto dizer que o filósofo de Darmstadt está longe de possuir ainda aquela plenitude de equilíbrio que ele supõe ter atingido já; isto é, que o conde de Keyserling, a despeito do seu poderoso e original talento de escritor, é um filósofo desequilibrado – o que naturalmente nos aconselha a não atribuir uma excessiva importância às referências impertinentes que acaba de fazer a Portugal e aos portugueses.

(*apud* GAHINGS, 2003: 125-127)

A 24 de Agosto de 1933, Manuel Teixeira Gomes recordava ainda o episódio em carta dirigida a Osório de Oliveira:

Das referências no supracitado artigo ao “Descobrimento”, infiro que essa bella revista deu a alma ao criador. É realmente pena, mas logo de principio me pareceu que transcendia as necessidades intellectuaes do momento. E a propósito sempre lhe faço uma observação: julgo que o Castro Osório tomou demasiadamente a sério o Keiserling (*sic*). Este mágico metteu-se-lhe em cabeça correr mundo, na cruzada de explicar a cada pòvo qual sêja a característica essencial da sua alma, e ficâmos banzados ao ler os aforismos que elle solta.

(*apud* AMARO, 1973: 45)

Já proposta de Castro Osório, dando ao texto o devido relevo no quadro dos pontos de vista em disputa na época, mantém pontos de contacto significativos com algumas ideias nucleares no pensamento pessoano. Como Pessoa observa num fragmento, a sua concordância com as teses expressas nesse artigo passam por uma noção consequente: Portugal deve ser perspectivado a partir de um ângulo de observação que excede os interesses exclusivamente europeus, acrescentando aos elementos fundamentais da cultura europeia uma série original de inquietações e procedimentos culturais que, a um tempo, começaram por dar o devido sentido ao devir histórico da Europa e fizeram de Portugal o eixo estruturante de uma civilização supracontinental, capaz de um sincretismo renovador que fará da alma

humana, no seu plural confronto com o desconhecido e com o além sempre por descobrir e redefinir, o centro das preocupações de uma nova religiosidade.

A intervenção de Castro Osório na discussão pode, contudo, começar a traçar-se a partir do texto que inaugura *Descobrimento*, uma peça também a reter.

Se atentarmos em livros posteriores de Castro Osório, cujas traves-mestras se encontram dadas neste texto de 1931 lido com concordância por Pessoa,⁷ os motivos apontados para que Portugal alcance a proeminência são três:

- 1) Foi em função dos empreendimentos singulares de Portugal que a Europa adquiriu uma nova compreensão de si e das suas potencialidades, dado que foram os Descobrimentos portugueses a conferir a espessura singular ao contexto do Renascimento. Esse momento merece também destaque por ter sido fundador de uma genuína Literatura Portuguesa.
- 2) Tendo em conta a importância do Romantismo como momento subsequente no aprofundamento do novo quadro civilizacional ao qual o século XX dará os devidos contornos, o facto de Portugal representar uma vivência aprofundada da reação romântica ao influxo classicista – vivência essa derivada do facto de o Romantismo português ser uma reafirmação do genuíno sentido do Renascimento, no que este tem de perspectiva antropológica e não apenas de passiva recuperação de aspectos da cultura greco-latina – permite-lhe encontrar-se em sintonia privilegiada com o mais importante rumo cultural moderno.
- 3) Finalmente, o traço marcante tanto do Renascimento português como da sua reverberação no Romantismo – uma visão do ser humano do Ocidente, naquilo que lhe compete fazer de si mesmo e nos modos como fazendo-o se relaciona com as demais culturas – habilita Portugal a projectar-se numa nova modalidade civilizacional que vive o essencial dessa gradual expansão do Homem e o conduz no sentido espiritual de uma nova mitologia, a do Humanismo lusíada, base e reflexo contínuo do imperialismo tipicamente português, de diálogo e derivação identitária sucessiva a partir de uma base

⁷ Veja-se este apontamento de grande complexidade que insere o pensamento de Pessoa no âmbito das reflexões geopolíticas mais avançadas no seu tempo: “Em primeiro lugar, e como já o notou João de Castro Osório, Portugal não é propriamente um paiz europeu: mais rigorosamente, se lhe poderá chamar um paiz atlantico – o paiz atlantico por excellencia. [...] Portugal, neste caso, quere dizer o Brasil tambem. Como o imperio, neste schema, é espiritual, não ha mister que seja imposto ou construido por uma só nação: pode sel-o por mais que uma, desde que espiritualmente sejam as mesmas, que o serão se fallarem a mesma lingua. Acresce que, tanto quanto hoje o podemos ver, ha /de origem europeia/, só duas nações fóra da Europa com alma para poder ter Imperio – os Estados Unidos e o Brasil. Os Estados Unidos, porém, e como já foi dito, estão já no seu imperio, que é material, e que é o Quinto Imperio de Inglaterra. (Hypothese Oriental – Russia, Japão, China)” (PESSOA, 2011b: 251).

comum garantida pela situação geográfica original, na Europa e na Península Ibérica, semelhante à da Grécia Antiga.

Com efeito, e como salienta Ália Rosa Rodrigues na sua abordagem ao percurso de Castro Osório e à sua inscrição privilegiada no espaço mais amplo da discussão dos intelectuais portugueses sobre o papel a desempenhar pelo país no contexto europeu e mundial, a coerência dos seus pontos de vista encontra-se, por um lado, em sintonia com os principais debates mantidos pelos literatos e filósofos da época e, por outro, corresponde a vias muito particulares no âmbito dessa problemática envolvente (RODRIGUES, 2012: 127-132). Ao imperativo colectivo para que se equacionassem e fixassem os limites e sentidos fundamentais do que poderia ser uma idiosincrasia nacional, a obra de Castro Osório responde com uma proposta constante e coerente de edificação de um homem novo, outro motivo com impacto nas primeiras décadas do século XX.

Para Castro Osório, a conquista desse homem novo exigia um equilíbrio perfeito entre momentos históricos e respectivas civilizações, fazendo do ideal de “descoberta” um reflexo, também, de um espírito de transição:

Todos os momentos são de transição para o seguinte, tôdas as civilizações se acrescentam às já passadas, mas delas aproveitam tôdas ou uma parte das suas criações. Mais ainda, poderíamos até perceber, em cada momento, uma actividade criadora, complexa e completa, por tal forma que tôdas as características de tôdas as épocas se encontrariam num só daqueles momentos.

(OSÓRIO, 1931a: 7)

Essa disposição sincrética relativamente às múltiplas camadas do património cultural humano depende de um espírito avesso ao dogmatismo e aos particularismos contrários ao convívio entre pontos de vista. O homem novo que *Descobrimento* procurava dar a conhecer a partir da compreensão da cultura portuguesa, envolvendo no processo autores e obras de vários contextos, em particular de sentido modernista, deveria assumir-se como um sujeito complexo e questionador, permanentemente colocado perante a diversidade do Outro e do próprio mundo. É na Grécia que se encontram as primeiras manifestações de um ambiente cultural dessa natureza, que *Descobrimento* procurava reafirmar:

Eis aqui – e não em quaisquer outras longas e simplistas explicações históricas – a incontestável, a admirável, e por outro modo inexplicável superioridade da Grécia clássica. Porque o homem pôde mais livremente oferecer-se à tragédia humana do mundo, porque tôdas as verdades foram admitidas como caminho para conhecer a verdade única, porque todos os sentimentos foram admitidos como caminho para a posse do eterno [...] Civilização, para nós, representa todo o homem e o meio de conhecer, vivendo totalmente a vida humana, a vida, as realidades, os sonhos e o infinito.

(OSÓRIO, 1931a: 10)

Na esteira desse momento civilizacional grego, que cederá o seu lugar a um momento de predomínio monoteísta, o Renascimento é entendido por Castro Osório como a primeira e decisiva etapa de uma nova conquista do Homem por si mesmo, cujos desenvolvimentos presentes e futuros deveriam procurar-se no contexto de cultura representado pelo projecto ensaiado nas páginas da própria revista. A dinâmica idealizada depende da capacidade renascentista de recuperar a herança grega e de lhe juntar alguns aspectos da cultura medieval, mas sobretudo da amplitude com que o Romantismo aprofundou as principais conquistas do Renascimento e as deixou disponíveis para um novo apogeu:

A verdade é, talvez, que uma grande era de civilização se iniciou com o Renascimento, se continuou com o Romantismo e terá ainda novas fases, definirá novas civilizações, sempre levando ao triunfo o mesmo princípio fundamental e se prolongará ainda por séculos até que outro grande princípio se lhe venha opor.

A verdade é, tal vês, que apenas por falta de recuo nós separamos habitualmente as épocas do Renascimento, do Romantismo e a época Moderna que são de facto momentos distintos mas componentes de uma grande civilização oposta à civilização Medieval.

(OSÓRIO, 1931a: 16)

Esse novo Humanismo, assente no pilar decisivo da dúvida face às certezas definitivas e, por isso mesmo, na sincrética disponibilidade para o embate entre civilizações estruturantes do amplo percurso da Humanidade, deveria, de acordo com a noção de “descobrimento” equacionada neste contexto, divergir dos dois anteriores padrões civilizacionais: o politeísmo greco-latino e o monoteísmo medieval. Embora mais próximo da diversidade cultural proporcionada por uma cultura de índole politeísta, Castro Osório propõe como principal propósito da revista e do movimento epistemológico por ela representado o inquérito contínuo de novas vias de uma actividade essencialmente criadora e, com esta, de “uma nova *humanidade*, nem politeísta nem monoteísta” que, alargando a conceção da vida e do homem a um conhecimento universal progressivo, redundará na necessidade de alcançar “um universo, uma metafísica, um princípio eterno, uma religião cuja base seja a alma humana” (OSÓRIO, 1931a: 30). Não é por acaso que o texto destinado a apresentar *Descobrimento* ao seu público exprime no próprio título a amplitude programática desejada: “Uma Nova Era da Civilização: O Descobrimento”.

O texto com que Castro Osório intenta esclarecer os leitores de *Descobrimento* quanto à pertinência do texto de Keyserling, ao seu verdadeiro contributo para o debate acerca da cultura portuguesa e ao modo como se compreenderia a decisão editorial de o traduzir e publicar segue esta linha de leitura, a que recorre para rebater os argumentos do alemão. Os responsáveis por *Descobrimento* estavam cientes da reação negativa da intelectualidade portuguesa às amplas críticas dirigidas por Keyserling à identidade portuguesa, mas pretendiam com o seu contributo responder civilizadamente a um nome cimeiro do pensamento europeu da época.

Aproximando-se bastante dos argumentos de Pessoa nos textos esboçados em 1930, Castro Osório acentua a verdadeira causa dos supostos equívocos do filósofo: a inadequada compreensão do genuíno destino cultural de Portugal, motivada por um ângulo de observação inapropriado, aquele que procurava integrar a Nação portuguesa no quadro mais vasto da cultura europeia.

O propósito de “Portugal Visto da Europa”, texto publicado imediatamente depois de um conjunto de trechos do *Livro do Desassossego* dados à estampa na revista, é a denúncia dos limites hermenêuticos de Keyserling e a consequente afirmação de tudo quanto na portugalidade transcendia o excesso de visão europeia por este manifestada em todos os seus trabalhos:

O interêsse excepcional dêste Portugal do conde Hermann de Keyserling é que êle representa uma análise feita em relação à Europa, por um dos criadores da possível Europa – tomando-se portanto o estudo desta matéria viva que é o povo português nas qualidades que poderia levar à obra comum e à harmonia necessária de fôrças que representaria aquela personalidade humana – aquela parte da humanidade, corpo de uma civilização.

É Portugal visto da Europa, em tôda a latitude da expressão – no espaço no tempo, porque é visto da Europa futura que sequer criar [...]

Ora o interêsse excepcional desta análise maior do que a realizada sôbre povos realmente formativos de uma Europa possível é que Portugal tem um destino diferente, muito particular, de que provêm todas as nossas incapacidades de hoje mas também todo o nosso poder realizador.

(OSÓRIO, 1931b: 429-430)

Desenquadrado do seu momento europeu, pertencente ao contexto civilizacional construído pelo Renascimento e pelo Romantismo, Portugal não poderia ser reduzido ao papel a desempenhar numa Europa futura entrevista por Keyserling, mas que não tinha em conta dois âmbitos primordiais do Portugal futuro pretendido pelos intelectuais de *Descobrimento*: a tradição portuguesa, cujos heróis eram tomados como base de um padrão a manter e a superar, e o espaço aberto pela expansão marítima, preparado em função de um processo de conquista de um novo reduto para a cultura portuguesa partindo do desbravar sucessivo do mar e da dispersão das raízes fundadoras em novos contextos, cujo potencial de cultura abria novos horizontes de diálogo supracontinentais.

Quanto ao primeiro aspeto, Castro Osório relaciona-o com as considerações de Keyserling sobre a excessiva estagnação cultural portuguesa, derivada, essencialmente, de um pendor obsessivo para a memória dos feitos do passado. O alemão considera nociva a submissão de todas as energias dos portugueses ao culto tradicionalista das grandes figuras que, a seu ver, nunca chegaram a representar a portugalidade, dado que já no seu tempo eram excepções. Já o ensaísta português recusa ver na contínua relação com o passado uma dedicação passiva, apresentando-a como fermento de um “diálogo tremendo e por vezes trágico”, em vista do qual cada novo genuíno português aproveita os vultos do passado para a partir deles

exaltar a sua própria individualidade e, com ela, “a possibilidade, em si, de uma realização heróica” (OSÓRIO, 1931b: 431). Este entendimento permite, em grande medida, converter a mitologia pessoana do supra-Camões, expressa em 1912 nas páginas de *A Águia*, num mecanismo identitário tipicamente português.

Com efeito, Pessoa anuncia a glória futura da cultura portuguesa a partir de Camões (e de Shakespeare), exprimindo também a sua própria singularidade superadora do grande ícone poético nacional e a elevação da literatura produzida no seu tempo a patamares que servem de continuidade a duas grandes etapas da história europeia – a Grécia de Homero e a Renascença de Shakespeare.

Castro Osório, por seu lado, projecta um sujeito português continuamente dependente desse gesto de emulação criadora, que se mede com o passado para projetar o alcance dos sucessos futuros e, por isso mesmo, encontra os seus expoentes nos grandes momentos culturais aos quais o futuro de Portugal deveria dar a devida continuidade: a origem grega e o primeiro genuíno eco de sucessivos episódios de “renascença”, identificado com o Renascimento europeu e, especialmente, com o original Renascimento de cunho português.

Derivando dessa personalidade permanentemente em tensão, a expansão converte-se simultaneamente no reflexo mais apurado de um temperamento individual e colectivo e na sua genuína manifestação concreta. Determinando os seus gestos por uma vontade de infinito de acordo com a qual as façanhas anteriormente desenvolvidas pelos precursores da nacionalidade e pelo próprio indivíduo são encaradas como insuficientes, em estado de permanente aperfeiçoamento e disseminação, a aventura renascentista das Descobertas é entendida como um verdadeiro desafio à condição humana:

Como explicar o acto de caminhar para os mares tenebrosos, que na convicção profunda do tempo representavam o fim do mundo e o abismo de que se não voltava? Insatisfação do presente e possuído, vontade de realização total, vontade de crescer até aos limites mais imprevisos e longínquos, até ao infinito, em que se debruça todo o português, obstinação em realizar-se totalmente, em alcançar o inalcançável, não como sonho ou ideal mas como realização do ser.

(OSÓRIO, 1931b: 438)

Reagindo a Keyserling, que reduzira a identidade portuguesa a um reflexo traumático da pouco ponderada afirmação autónoma face ao contexto peninsular e a uma progressiva manifestação de necessidades de que o confronto com o mar não passava de mais uma variação, Castro Osório recusa ler o percurso português em função da dependência cega à terra e da inscrição penosa num enquadramento ibérico e europeu. Apresenta como modelos mais adequados do homem lusíada o *Navegador* e o *Bandeirante*, figuras gémeas de um ideal de exploração dos confins que se ia alcançando também através da estreita relação com o Outro. É nesse sentido,

de resto, que o português, neste ângulo de observação, mais se distancia da identidade de conquista tipicamente espanhola.

Os erros de interpretação de Keyserling são, assim, devedores, por um lado, de um aspecto que Pessoa também salientará – o mau serviço prestado pelos portugueses com responsabilidades na publicitação do país no exterior, sobretudo em termos do expoente mais elevado de uma cultura, a sua literatura⁸ – e, por outro, do facto de o alemão ter um ângulo de observação limitado, dada a sua natureza exclusivamente europeia:

De que provém pois a afirmação de Keyserling de que os portugueses não são originariamente um povo de navegadores?

Creio que a única explicação está no ponto de vista europeu. O europeu é, por definição, um continental – o homem que quer realizar uma pátria continental, o continente Europa.

Visto da Europa, pois, Portugal é observado naturalmente no que oferece à formação da futura pátria continental e não no que, naturalmente, o afastou do continente europeu – as suas navegações e a confusão do seu destino histórico com o próprio acto do descobrimento e com os mundos criados além-mar.

(OSÓRIO, 1931b: 431)

A visão de Castro Osório faz-se, portanto, tal como a de Pessoa em 1930, a partir do contraponto entre duas formas de entender o lugar ocupado por Portugal no devir do mundo futuro: o ponto de vista de Keyserling, sintetizando não apenas o essencial dos interesses europeus, mas também os preconceitos de muitas das observações da historiografia portuguesa, e a construção de uma outra visão mitológica do verdadeiro significado do percurso criador da Nação portuguesa. Visão essa que interfere directamente no próprio entendimento do tipo de imperialismo representado pelas conquistas portuguesas, afim daquele que Pessoa procurou definir ao longo de toda a sua vida em função do ideal de Quinto Império espiritual:

[...] o imperialismo português é absolutamente diferente de todos os imperialismos da história, e, sobretudo, dos imperialismos *continentais*. É um imperialismo de expansão do homem sobre as forças naturais, as grandes terras a colonizar, a tornar portuguesas [...] É a mesma insatisfação, a mesma ância de tocar os limites últimos, de ir sempre para além, o que

⁸ Castro Osório deixa bem clara a necessidade de se substituírem as fontes documentais oferecidas a Keyserling – Oliveira Martins e Aubrey Bell, cujo *Studies in Portuguese literature* (1914) consta, também da Biblioteca particular de Fernando Pessoa (CFP 8-36) – por outras mais representativas do imaginário expansionista tipicamente português, envolvendo, entre outros, peças fundamentais da sua visão da Literatura Portuguesa como a *História Trágico-Marítima*, o *Romanceiro* e os estudos de autores como Teófilo Braga, Malheiro Dias, Jaime Cortesão e António Sérgio. Quanto a Oliveira Martins, deverá sublinhar-se que, segundo ensaístas como Helder Macedo, António José Saraiva e Paulo Franchetti, as suas obras – em particular *A História de Portugal* e a *História da Civilização Ibérica* – teriam tido grande repercussão em Fernando Pessoa, sobretudo em *Mensagem* (MACEDO, 1988: 28-39; SARAIVA, 1995; FRANCHETTI, 2012: 907-924).

faz o homem de acção português – o Bandeirante, na terra, como antes fizera o Navegador dos mares desconhecidos.

(OSÓRIO, 1931b: 442)

Ao contrário do imperialismo de conquista conduzido por Espanha, que reproduzira nos outros continentes o mesmo fanatismo centralizador e por isso mesmo culminara sempre na destruição de impérios pré-existentes, o perfil português teria passado por valores centrados no mar, no desenvolvimento das condições de acesso infinito à navegação e no privilégio ao diálogo com impérios alheios. Estamos, portanto, em pleno contexto de definição de um tipo de imperialismo que não se esgota no tempo e no espaço.

Não deve ignorar-se que esta visão de Osório Castro, embora com algumas aproximações interessantes à grelha de análise a que Pessoa recorreu preferencialmente, tem também muito que ver com uma toada nacionalista desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, antecipando ou conjugando-se com a implantação do Estado Novo. No entanto, o modo como a verdadeira obsessão dessa época pela definição dos traços operativos de um homem novo a formar é nestes contributos relacionado com o modelo com origens históricas no Renascimento é bastante original e pouco adequada a alguns elementos da retórica do regime, sobretudo pelo carácter sincrético e por vezes excessivo e transgressor que o homem renascente assume na argumentação de Castro Osório e, de um modo muito mais trabalhado e programático, nos textos de Pessoa. As críticas pessoais a Salazar e ao seu Estado Novo passam, em muitos aspectos, pela denúncia da carência de ambições e da conseqüente menorização do potencial dos verdadeiros portugueses, mas também pela crítica ao modo como o regime condenava esse processo de contínua transformação de si através do exercício extremado das potencialidades humanas.

Como se sabe, Pessoa ocupou-se largamente da exposição de uma nova contabilização dos impérios, de modo a evidenciar em que medida o Quinto Império teria de ser o do desenvolvimento criativo de uma nova compreensão da portugalidade, verdadeira mitologia contemporânea parcialmente assente em aspectos seleccionados do passado, a produzir e a transmitir aos portugueses para que despertassem de um longo adormecimento atávico. É uma forma de reagir a acusações como a que Keyserling apresentou, ao ver na atitude portuguesa um complexo de anão inexplicavelmente orgulhoso. Castro Osório pega precisamente nessa imagem para valorizar o que nela aponta para uma outra forma de dizer a condição humana:

É uma tensão íntima e uma consciência da possibilidade da fôrça que dentro de cada um existe. É um orgulho da fôrça humana que, embora insatisfeita pelo realizado, sente em si tôdas as possibilidades. É um orgulho necessário para manter a coragem da personalidade, isolada e em luta com as fôrças exteriores, e a-pesar de insatisfeita de si, no grau de certeza íntima que a deixa persistir [...].

E isto é realmente o orgulho do *anão*. Mas o que é na realidade o orgulho do *homem*, como homem, como poder humano, como potencial de forças, ante um universo que o desconhece ou se lhe opõe? [...] Se o homem vive, por natureza íntima, como o português, não de um ideal exterior, não de um abandono às forças divinas, não de uma alegria do conseguido, mas de uma vontade de poderio e de realização, de uma certeza de si como homem e do desejo de realizar totalmente o seu *ser* – que outro amparo pode achar senão aquele *orgulho de si* e não das coisas.

(OSÓRIO, 1931b: 446-447)

Nas páginas de *Descobrimento*, portanto, Castro Osório oferecia aos seus leitores uma compreensão abrangente de qual o genuíno contributo português, não para a Europa entendida no sentido estreito de continente político, ou para o homem do Ocidente, enquanto mero agente de um domínio opressor sobre todas as outras civilizações, mas para o verdadeiro reconhecimento da Humanidade na sua mais profunda natureza. É o próprio Homem, conhecedor a um tempo da sua finitude, dos limites ao conhecimento de si e do mundo e do seu estatuto de criatura essencialmente criadora que através do Português é definido na sua inteireza crítica. Numa manifestação exemplar de uma componente essencial do discurso colonialista português, quase contemporânea da tese do lusotropicalismo exposta por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (1933), o ensaísta converte a agressividade explosiva entrevista por Keyserling como resultado da insatisfação portuguesa face à sua pequenez e às suas mitologias fracassadas num emblema exterior da potência humana.

Deve observar-se, de resto, que, em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre polemiza também com Keyserling, tendo por base o texto “Portugal”, de 1931. Por um lado, Freyre aproveita as perspectivas do conde para as adaptar à sua tese de plasticidade excepcional do homem português: “Em vão se procuraria um tipo físico unificado”, notava há anos em Portugal o conde Hermann de Keyserling. O que ele observou foram elementos os mais diversos e mais opostos, ‘figuras com ar escandinavo e negróides’, vivendo no que lhe pareceu ‘união profunda’. ‘A raça não tem aqui papel decisivo’, concluiu o arguto observador” (FREYRE, 2003: 67). No entanto, a recepção das propostas de Keyserling por Gilberto Freyre são, à semelhança do que ocorre com Pessoa e com Castro Osório, contestadas em função de uma suposta desvalorização dos contributos extra-europeus de Portugal, definidos num contexto renascentista afim do valorizado nas observações de Pessoa e Osório:

Não é pelo estudo do português moderno, já tão manchado de podre, que se consegue uma idéia equilibrada e exata do colonizador do Brasil – o português de Quinhentos e de Seiscentos, ainda verde de energia, o caráter amolegado por um século, apenas, de corrupção e decadência. Foi o que tentou Keyserling para concluir pelo seu plebeísmo e quase negar-lhe a qualidade de povo imperial. Mesmo que esse plebeísmo fosse característico do português de hoje não seria do português dos séculos XV e XVI. Sem aguçá-lo nunca no aristocratismo do castelhano, no que o português se antecipou aos europeus foi no

burguesismo. Mas esse burguesismo precoce sofreria no Brasil refração séria em face das condições físicas da terra e das de cultura dos nativos [...]. Do século XVI até hoje só tem feito aguçá-lo no português a simulação de qualidades européias e imperiais, que possuiu ou encarnou por tão curto período. É um povo que vive a fazer de conta que é poderoso e importante. Que é supercivilizado à européia. Que é grande potência colonial. [...] Foram esses exageros que o impressionismo de Keyserling não soube descontar ou descontou mal, reduzindo os portugueses a um povo sem grandeza nenhuma: quase uma Andorra ou uma São Marinho. [...] Diminuiu-lhes a importância da função criadora que nos séculos XV e XVI afirmou-se não só na técnica da navegação e da construção naval como no arrojo dos descobrimentos e das conquistas, nas guerras da África e da Índia, na opulenta literatura de viagens, no eficiente imperialismo colonizador. Só lhes deixou de original a música popular ou plebéia; e de grande o ódio ao espanhol.

(FREYRE, 2003: 266-267).

Estamos num plano próximo àquele que Pessoa, desde pelo menos a entrevista dada à *Revista Portuguesa* (1923), começara a desenvolver para apresentar a espessura da sua noção de homens superiores, baseada na convulsão tipicamente renascente. De facto, a sua noção da individualidade superior passava pela necessidade de o indivíduo fazer de si o seu próprio império e, progressivamente, conseguir conquistar a plenitude das suas valências, imune à submissão oferecida por uma dessas componentes ou pelos dogmas veiculados pelos saberes dominantes. O homem renascente pessoano poderia descrever-se de acordo com essa “*vontade de uma realização total, [...] de realização da personalidade em si, no total humano*”, que, segundo Castro Osório, assinala o português como o mais excessivo dos povos e, por inerência, o mais contrário às interpretações básicas da natureza humana e ao que nestas coincide com uma determinada ilusão de completude ou de verdade definitiva (cf. OSÓRIO, 1931b: 452-453).

Esta interpretação superlativa do homem português encontra-se, em muitos aspetos, em sintonia estreita com os propósitos idealizados pelos representantes da geração de *Orpheu*. Sobretudo tendo em conta que também nos seus livros se percebe que a Literatura ocupa, no âmbito da conquista de uma nova abertura do Homem à sua própria riqueza superior, um lugar cimeiro, de acordo com um obsessivo paralelismo entre os grandes momentos da tradição literária portuguesa e as etapas fulcrais de uma genuína reafirmação dos contributos passados, presentes e futuros de um Portugal voltado para uma escala humana e, portanto, sincrética e global.

É de e em função da Literatura, segundo Castro Osório, que o futuro império cultural lusíada despertará uma nova era da civilização, conferindo à língua portuguesa a dimensão espiritual com que o novo ser humano se dará a conhecer e poderá continuar a explorar-se, nunca deixando de se descobrir e, mais propriamente, de se debater em diálogo aberto no qual devem contabilizar-se todas as manifestações do fenómeno humano.

Se é verdade que Almada Negreiros distanciara parcialmente Castro Osório dos mais modernos representantes da geração comum, acusando-o de apego excessivo ao passado por contraste com o relativamente menor apreço dedicado aos seus contemporâneos – “E é sem dúvida o excesso de zelo que o levará a querer separar os heróis dos seus continuadores” (NEGREIROS, 1925: 4)⁹ –, também deverá salientar-se que o essencial da abordagem do director da *Descobrimto* se encontra em linha com a valorização primordial da Literatura e, sobretudo, do modo como esta poderia continuar a representar o mais vigoroso reduto da nacionalidade.

O tradicionalismo recusado por *Orpheu*, aquele que passava por uma passiva e acrítica recuperação do passado nacional e pelo mimetismo dos seus principais aspectos, é o mesmo que, numa nota constante de *Descobrimto*, na qual se lamentava a desconsideração da intelectualidade portuguesa por Keyserling e pela revista que ousara publicar as suas interpretações e responder-lhes demoradamente, distingue dois perfis marcantes no contexto das décadas de 20 e de 30 em Portugal:

Chamámos estreito ao nacionalismo dêsses homens, mas a verdade é que êsse nacionalismo não passa de um tradicionalismo, que vive só do passado histórico e se recusa a encarar o futuro com a coragem dos que têm fé na sua raça. O conde de Keyserling tem razão em se considerar um amigo de Portugal quando combate essa orientação do nosso espírito, exclusivamente dedicado à contemplação dos fulgores da era de quinhentos. [...]

Foi precisamente para fazer dos portugueses alguma coisa mais do que os herdeiros dum passado glorioso que criámos esta revista. Que direito teremos nós a erguer a voz entre as nações se não formos um povo culto? A história não nos dá direitos nenhuns na vida contemporânea. Ou somos capazes de nos dedicar a *novos empreendimentos* ou não temos razão de existir senão como memória.

(OSÓRIO, 1931c: 459)

O contrastes delimitados nesta nota provavelmente da autoria do irmão de Castro Osório, Osório de Oliveira, são semelhantes aos que Pessoa e Sá-Carneiro escolheram para exprimirem a sua discordância relativamente à *Renascença Portuguesa* e, também, às críticas pessoais ao provincianismo predominante em Portugal, causa fundamental da progressiva diluição do potencial português para novos empreendimentos, suficientemente superiores para, não só ombrearem com as demais nações da época, mas também se superiorizarem a estas. Para Pessoa, o nacionalismo representado pelo movimento da *Renascença Portuguesa*, tal como a própria corrente, poderia considerar-se “estrito”, denunciando a carência de um aprofundamento espiritual que é debatida com Mário de Sá-Carneiro (cf. SÁ-CARNEIRO, 2015: 176-177) e rigorosamente expressa na seguinte nota: “O que é preciso ter é, além de cultura, uma noção do meio internacional, de não ter a alma (ainda que obscuramente) limitada pela nacionalidade” (PESSOA, 2009: 39).

⁹ Para mais pormenores sobre a polémica relacionada com esta afirmação de Almada Negreiros, cf. RODRIGUES (2012: 110).

Filosofia e Senso

Só na compreensão clara e precisa está, no nosso tempo, a salvação. Na compreensão e não em um novo sentimento da vida, nem em qualquer religião nova. Só a compreensão do que é verdadeiro transforma. Se a mutação que o impulso de Cristo determinou na humanidade ocidental tem a sua origem numa nova modalidade de amor, ela não foi possível senão porque este sentimento, nas condições psicológicas da época, representava o corpo mais apropriado a uma compreensão mais profunda. Pois os sentimentos são incapazes de uma acção a distância; só pelo contágio se transmitem, e esse contágio nunca excede os limites de um círculo restrito. Ora tudo o que foi verdade em todos os tempos é-o, no mais alto grau, para nossa época. Ao nosso estado de intelectualidade, caracterizado por um poder ainda não visto de compreensão, já não corresponde, como? de impulsão espiritual senão um corpo intelectual. E, conquanto ainda seja admissível uma discussão a tal respeito relativamente às massas muito consideráveis que não puderam aperceber-se dele, — o facto é que só a forma mais facilmente transmissível permite atingir o objectivo procurado. Porque só ela age com a rapidez suficiente. E a rapidez importa antes de tudo, pois que o antagonista do espírito capaz de reedificar a única e verdadeira cultura, utiliza com perfeita mestria as vantagens que implicam a imediata transmissibilidade do intelectual. Aquele que quer utilizar este espírito não deve, pois, ser inferior aos seus adversários no emprêgo dos meios de Compreensão. É-lhe necessário ser um mestre consumado nas leis do manejo psicológico, da magia das expressões, da acção à distância normalmente possível. É o que resultará com maior evidência da seguinte consideração: o verdadeiro intermediário na ordem intelectual dos nossos dias é, não o autor de grossos tomos, mas o jornalista. A maioria das pessoas acreditam formar um juízo suficiente deste facto, deplorando-o. Com isso, dão apenas prova de um condenável espírito de superficialidade. Não há dúvida de que a técnica jornalística não tem até hoje, senão raras vezes, servido o melhor espírito. Mas isso não impede que ela seja mais eficaz. Há muito poucas pessoas que tenham tempo e gosto para ler enormes livros. As coisas dignas de serem conhecidas devem, pois, ser-lhes apresentadas sob a forma mais concisa e expressiva, para se tornarem assimiláveis. O que prova, não a superficial ligeireza

dos leitores, mas um estado de desenvolvimento intelectual superior. Quem, por duas palavras, pode ajuizar de uma questão, é superior em absoluto àquele que necessita de fastidiosos desenvolvimentos, — da mesma maneira que o escritor capaz de uma possante concisão é absolutamente superior ao autor prolixo e verboso. Que a aptidão no jornalismo não constitui um sinal de inferioridade, prova-o o facto de todos os grandes homens de estado, sem excepção, haverem sido mestres na arte de manejar as massas por meio da imprensa, e o de os maiores *leaders* do nosso tempo serem filhos do jornalismo. Esta aptidão em si não é mais do que a faculdade de exprimir de forma breve, justa e eficaz. Ora é não é justamente este o dom que caracteriza os mais actuaes, entre os mais profundos espíritos de todos os tempos? Não foram todos eles, neste ponto de vista, não já verdadeiramente jornalistas, mas super-jornalistas? Nas condições actuais de rapidez, em que todos os representantes do « pior » se dão conta do novo estado intelectual, o super-jornalista é, de-certo só por si, capaz de alcançar importantes resultados no domínio do bem. O que caracteriza Jesus, Laotsé, Héraclito e Nietzsche, deve ser por excelência? de representantes do espírito, que aspiram a dirigir a sua época. De modo que comete um erro crasso quem, sob o pretexto de que só o conhecimento é capaz de salvar o mundo actual, espera que o futuro venha alargar a importância dos sistemas filosóficos ou, de um modo geral, dos volumosos livros que não nos poupam a nenhum desenvolvimento. Bem pelo contrário, esses trabalhos perderão cada vez mais a sua importância; de futuro, o seu papel será apenas o de preparar os materiais de que precisa o homem capaz da magia de expressão. O seu momento histórico passou. E não, como poderia julgar-se, porque o espírito venha a disfrutar doravante menos consideração do que no passado, *mas porque, pelo contrário, significando o espírito mais, melhor do que antes se compreenderá o que é verdadeiramente o espírito.* A era da preponderância da teoria, com efeito, era no fim de contas a do desconhecimento do espírito. A realização do Senso pela acção do espírito exige uma orientação em princípio diferente da orientação da era da ciência.

CONDE H. DE KEYSERLING
(*Le Monde qui naît*, cap. IV).

—77—

Fig. 13. "Filosofia e Senso", *Seara Nova* n.º 124, 12 de Julho de 1928, p. 77.
(Origem da imagem: ric.slhi, pt [Revistas de Ideias e Cultura])

Bibliografia

- AMADO, Nuno (2016). “Palhaçadas e Coisas Sérias”. *100 Orpheu*. Dionísio Vila Maior e Annabela Rita (org.). Coimbra: Edições Esgotadas, pp. 48-59.
- AMARO, Luís; CHAVES, Castelo Branco (1973). “Cartas Inéditas de M. Teixeira-Gomes”. *Colóquio/Letras*, n.º 14, Julho, pp. 40-48.
- ANDRADE, Oswald de (1990). *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Globo / Secretaria de Estado da Cultura.
- AZEVEDO, Beatriz (2016). *Antropofagia: Palimpsesto Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify.
- BARRETO, José (2012). “A publicação de O Interregno no contexto político de 1927-1928”. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 2, Outono, pp. 174-207. Brown Digital Repository, Brown University Library. <https://doi.org/10.7301/Z0BC3X1Q>
- CAMACHO, Brito (1930). “Cronica da Quinzena”. *Ilustração*, n.º 105, 1 de Maio, p. 10.
- CARVALHO, Joaquim de (1978). “Discurso de Recepção do Filósofo Alemão Conde de Keyserling na Academia das Ciências de Lisboa”, em *Obra Completa. Ensaios e Fragmentos Filosóficos e Bibliográficos*, vol. VIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 355-365.
- FEIJÓ, António M. (2015). *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo: Pessoa e Pascoaes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FRANCHETTI, Paulo (2012). “Oliveira Martins, Fernando Pessoa e a Figura do Herói em Mensagem”. *Anais [do] XXIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa*. São Luís: UFMA, pp. 906-924.
- FREYRE, Gilberto (2003). *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- FONSECA, Gondin da (1932). *Portugal na História: o Brasil e os portugueses*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho.
- GAHINGS, Ute; MONTEIRO, Américo (2003). *Hermann Graf Keyserling: A Escola da Sabedoria, Keyserling e Portugal*. Coimbra: Cieg.
- KEYSERLING, Hermann de (1931). “Portugal”. *Descobrimento*, n.º 2, Verão, pp. 151-170.
- ____ (1925). *The Travel Diary of a Philosopher*. New York: Harcourt Brace & Co.
- ____ (1911). “De l'objet réel de la Métaphysique”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. 19, n.º 4, Juillet, pp. 467-479.
- J.M. (1928). “[Recensão de] *Nosotros* – Número Aniversário (1926-1927)”. *A Águia*, 4ª série, n.º 1-2, Jan.-Abril, pp. 54-55.
- MACEDO, Helder (1988). “A ‘Mensagem’ e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro”. *Colóquio/Letras*, n.º 103, Maio, pp. 28-39. [Versão revista para um posfácio da edição crítica de *Mensagem*, Lisboa: Tinta-da-china, 2020.]
- NEGREIROS, Almada (1925). “Almada Negreiros repele com energia uma afirmação de João de Castro”. *Diário de Lisboa*, 30 Janeiro, p. 4.
- NUNES, Benedito (1990). “Antropofagia ao alcance de Todos”, em Oswald de Andrade, *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Editora O Globo, pp. 5-39.
- OLIVEIRA, Osório de (1934). *Psicologia de Portugal e outros ensaios*. Lisboa: Descobrimento.
- ____ (1932). “Ainda o conde de Keyserling”. *Descobrimento*, n.º 5, Primavera, pp. 601-602.
- OSÓRIO, João de Castro (1931a). “Uma Nova Era da Civilização: O Descobrimento”. *Descobrimento*, n.º 1, Primavera, pp. 7-52.
- ____ (1931b). “Nós e o conde de Keyserling”. *Descobrimento*, n.º 2, Outono, pp. 312-314.
- ____ (1931c). “Portugal visto da Europa. Comentário ao ensaio ‘Portugal’ do conde Hermann de Keyserling”, *Descobrimento*, n.º 3, Outono, pp. 419-455.
- PACHECO, Cristina (1998). “O Conde de Keyserling em Portugal – Aspectos de uma Polémica”. *Clio*, nova série, vol. 3, pp. 65-85.

- PESSOA, Fernando (2011a). *Associações Secretas e outros escritos*. Edição de José Barreto. Lisboa: Ática.
- ____ (2011b). *Sebastianismo e Quinto Império*. Edição de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Ática.
- ____ (2009). *Sensacionismo e Outros Ismos*. Edição crítica de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ____ (1988). *A Grande Alma Portuguesa: a carta ao Conde Keyserling e outros dois textos inéditos*. Edição de Pedro Teixeira Mota. Lisboa: M. Lencastre.
- RODRIGUES, Ália Rosa C. (2012). *João de Castro Osório: Tragédia e Política*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de (2015). *Em Ouro e Alma – Correspondência com Fernando Pessoa*. Edição crítica de Ricardo Vasconcelos e Jerónimo Pizarro. Lisboa: Tinta-da-china.
- SANTOS, Delfim (1930). “Keyserling”. *Princípio: publicação de cultura e política*, n.º 1, 15 Maio, pp. 8-9.
- SARAIVA, António José (1995). *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. Lisboa: Gradiva
- SILVA, Agostinho da (1959). *Um Fernando Pessoa e antologia de releitura*. Lisboa: Guimarães.
- SIMÕES, João Gaspar (1930). “João de Deus ou o sentimento de altitude”. *Presença*, n.º 25, Fev.-Março, pp. 5-7.

RUI SOUSA concluiu Licenciatura em Estudos Portugueses e Mestrado em Estudos Românicos – Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea – pela FLUL, tendo também concluído recentemente Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura pela mesma universidade, com uma tese dedicada ao conceito de Libertino na obra de Luiz Pacheco. Publicou ensaios sobre Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens na antologia *1915: O Ano do Orpheu*, coordenada por Steffen Dix, e colaborou em números recentes da *Pessoa Plural* e em eventos organizados pelo Projecto Estranhar Pessoa e pela Casa Fernando Pessoa. Publicou em 2016 o livro, *A Presença do Abjecto no Surrealismo Português*. Investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL). Prepara um projecto de investigação relacionado com as interações entre a literatura, a filosofia e a política no contexto do Modernismo e do Surrealismo em Portugal, procurando explorar mais aprofundadamente o papel da mitologia na intervenção política dos grupos literários e a forte presença dos processos de hibridismo e de sincretismo numa progressiva reflexão sobre a cultura como realidade plural e globalizada.

RUI SOUSA earned a degree in Portuguese Studies and obtained a master's degree in Romance Studies—Modern and Contemporary Portuguese Literature—from the Faculty of Arts and Humanities of the University of Lisbon. He recently obtained his doctorate with a dissertation dedicated to the concept of the libertine in the work of Luiz Pacheco. He has published essays on Ronald de Carvalho and Eduardo Guimaraens, in the anthology *1915: The Year of Orpheu* (2015) coordinated by Steffen Dix and has published studies on Pessoa in *Pessoa Plural* and in projects coordinated by Estranhar Pessoa and by Casa Fernando Pessoa. In 2016 he published the book, *A Presença do Abjecto no Surrealismo Português*. He is a researcher at the Centre for Lusophone and European Literatures and Cultures at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Lisbon (CLEPUL). He is working on a research project on the interactions between literature, philosophy and politics with respect to Modernism and Surrealism in Portugal, seeking to explore the role of mythology in the political intervention of literary groups and the strong presence of hybrid processes and syncretism in the progressive reflection on culture as a plural and globalized reality.